

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO III * N.º 31 * SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1959 * Cr\$ 5.00

Salazar Processa o "New Statesman"

O grande semanário britânico «NEW STATESMAN», que tem sido um dos mais dignos e firmes denunciadores, no plano internacional, do fascismo de Salazar, foi processado, nos tribunais ingleses, por um dos sinistros agentes da PIDE que a notícia do «NEW STATESMAN» visava. O conceituado criminoso considera-se «difamado». É evidente que nenhum dos capangas de Salazar tem dignidade ou honestidade para, em caso algum, se considerar difamado. E é evidente que não teria também o cinismo e a audácia para, onde quer que fosse e muito menos ante os tribunais ingleses, fingir de ofendido. Nem sequer teria, nem a PIDE teria por ele, tamanho atrevimento. Não: trata-se apenas de um desesperado golpe de Salazar, que pensa na sua furia poder atemorizar a imprensa internacional com os mesmos métodos com que persegue a integridade e a independência dos que se lhe opõem na pátria escravizada que ele domina. Trata-se apenas de um cinico e audacioso golpe para, ante a derrocada do silêncio e da ignorância que o protegiam e eram o seu refúgio, desacreditar a cada vez mais vasta e mais intensa campanha dos democratas esclarecidamente inimigos de qualquer forma de tirania, contra a sua hipocrisia, a sua crueldade, a sua inenarrável malignidade.

Que o «NEW STATESMAN» ouça o povo português! Que os seus advogados tentem recolher testemunhos — que os há aos milhares — do que têm sido trinta anos de sofrimento ante a quóse total indiferença do mundo. Que idôneos cidadãos britânicos tenham ocasião de verificar em Portugal o pavor com que alguém ao falar-lhes olhará para o lado, o terrorismo político com que Salazar impedirá qualquer investigação! Que a Associação Internacional dos Juristas fale do que viu! Que toda a gente conte o que sofreu, o que ouviu, o que conhece! As farsas dos inúmeros processos em que as testemunhas de acusação são os agentes da polícia política! As torturas e os assassinatos praticados em Lisboa e no Porto!

«PORTUGAL DEMOCRÁTICO», protestando contra a insidiosa manobra salazarista, oferece todo o seu apóio e solidariedade ao eminente e prestigioso jornal que a perfídia de Salazar tenta envolver numa venenosa e desesperada teia que só poderá iludir aqueles mesmos que, em todo o mundo, alheios à luz da verdade e da justiça, consentem na existência de um insulto à democracia como é o regime que impera em Portugal.

Quando alguma vez se viu que criminosos sem escrúpulos se considerem difamados? Desde quando tudo o que possa dizer-se de tal gente é difamação? Fazemos ardentes votos para que a justiça britânica, de tão honrosas tradições, toda boa fé e honestidade, não caia no laço que a má-fé e a malícia de Salazar lhe armam, e saiba repelir, como ela merece, a torpeza da acusação descarada, cínica, revoltante, que é a «queixa de um sobrevivente impune da «GESTAPO».

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Eleições em Portugal MENSAGEM

CÂNDIDO ALVES

Salazar precisava de uma farsa final, uma farsa chôcha e triste, para selar com a sua melancolia sinistra, o seu tédio de tirano, a temporada trágica de perseguições sórdidas e de violências ocultas que fez suceder ao magnífico sobressalto nacional das últimas eleições presidenciais. Últimas, porque ainda não houve outras, dado que o «Pai Tomás» ainda não foi promovido a defunto venerando, ou a presidente deposto, por amuo, a bastonadas de marechalato, que para ele serão um almirantado supremo das empresas de pesca e de navegação dos seus amigos mais íntimos. E últimas, porque Salazar não quer que haja mais nenhuma, pois não tenciona arriscar-se outra vez ao espectáculo mundial de uma nação inteira levantando-se contra ele, de um modo tão espontâneo e unânime que nem as grandes potências que a Salazar sustentam podem, com tranquilidade, continuar a ignorar uma realidade afinal viva: o povo português. Mas o ódio de Salazar pela democracia precisava de um achincalhamento mais do exercício dos direitos de cidadania. E precisava de, ao mesmo tempo, cevar a sua sede de pretensa consagração pública, a sua consciência de exercer ilegítimamente e fraudulentamente o poder. Desceu então ao último degrau da escada, na hierarquia de falsificações eleitorais com que não desiste de fingir que os votos que despreza o legitimam — e mandou organizar eleições para as juntas de freguesias.

E' sabido que, na castração político-administrativa que caracteriza a vida pública em Portugal, nenhuma autarquia significa nada, ou significa apenas um órgão de comissões e designações, intermediário entre os interesses dos laicos modestos e de aldeia, que estão mais abaixo, e os barriunistas opulentos, que estão mais acima. No fundo da escala, as juntas de freguesia servem apenas para passar atestados de residência e atestados de pobreza para viciari originariamente os cadernos eleitorais, e para suplicarem para a aldeia um chafariz, um telefone ou uma Alameda Oliveira Salazar. E' evidente que, das súplicas, só a última é normalmente ouvida, e que não teriam mãos a medir os dignos «eleitos» se passassem um atestado para cada pobre que o Estado Novo escraviza ou para cada residente que ele transferiu para o exílio, para a cadeia ou para o cemitério.

Sem possibilidades de luta política a tão pequena escala; esmagada pela repressão feroz que o susto das eleições presidenciais desencadeou; refazendo-se dolorosamente de todas as amarguras e traições de um período agitado em que por vezes só o azar (que é o fruto de trinta anos de deseducação cívica e moral) lhe roubou a merecida vitória — a oposição não se apresentou ao prélio, nem podia nem devia a tal se arriscar, uma vez que assim levaria até às mais distantes freguesias os sícairos de Salazar, e contribuiria para uma repressão mais extensiva. Só em escassas freguesias se atreveu, e são poucas as notícias sobre o real significado político dessas tentativas, todavia coroadas de êxito iniludível. De resto, é evidente que, se as juntas de freguesia nada representam, seria um erro político comprometer virtualidades e pessoas, numa luta inglória, ao nível dos interesses locais, e sem repercussão alguma, interna ou externa. E tudo terminou por certo com a requerida melancolia sinistra, com o requerido tédio, inenarrável chôchamente, tristemente, num silêncio e nauseabundo tremular de manchetes «vitoriosas», em todos os jornais de Salazar, dos seus apaniguados, dos seus subservientes, enfim de toda a corte jornalística que trinta anos, imperturbavelmente, aclama o mínimo gesto de S. Excia. o

Senhor Presidente do Conselho. E S. Excia., por certo, terá condescendido consigo próprio em ler, ao microfone, na sua voz fanhosa e virginal, uma mensagem, aproveitando a oportunidade para emitir um oráculo em benefício dos dirigentes mundiais e relativo sem dúvida, ao carácter essencialmente democrático e livre da «civilização ocidental» que, desde a história ainda por escrever da Guerra Civil espanhola, ele foi um dos primeiros a compreender na sua mais pura e orgânica essência, que é simbolizada eloquentemente por a presidência da Interpol ter sido (ou ainda ser) conferida ao Agostinho Lourenço que, durante largos anos, fundou e dirigiu a polícia política de Salazar.

E, todavia, não o esqueçamos nunca: o salazarismo cairá, e cairá de uma vez para sempre. E, na hora de sua queda, às juntas de freguesia eleitas livremente, por sufrágio autêntico, caberá o papel de serem o núcleo inicial da propagação da democracia, num país tão arregaadamente livre, que para ditador, os fascistas só conseguiram arranjar um homem triste, chôcho, recolhido, tímido, misantropo, melancólico, que num arroubo lírico de confidências a uma poule do jornalismo francês, achou que Portugal era mais fácil de governar que o seu quintal de Santa Comba Dão. Um povo de favas, de ervilhas, de repolhos e pepinos, de inteira subordinação vegetal, eis o sonho de Salazar que a sua polícia se obstina em realizar. Mas essas couves lombardas, essas batatas, esses tomates lhe darão um dia uma lição de botânica aplicada. E S. Excia., se ficar para vêr, terá a grande surpresa de observar que até os seus contrários vegetais, por voto de uma junta de freguesia eleita, saberão arrazar e salgar esse quintal privado que tanto mais trabalho lhe deu.

Revolta Em Timor

Um dos últimos números do «Boletim de Informação Política», órgão de imprensa livre» que circula clandestinamente em Portugal publicou a seguinte notícia:

«Em primeiro de junho, coincidindo com a chegada do novo governador da província, houve uma tentativa revolucionária dos indígenas de Timor, a qual impediu as comunicações com o exterior durante alguns dias.

«Não se conhecem os pormenores, mas sabe-se que vieram no navio «Índia» 26 indígenas, dos quais 9 estão presos em Lisboa e os restantes ficaram detidos em Moçambique. No mesmo barco vinham também cinco soldados landins presos em Macau.

«O cônsul da Indonésia em Dili foi expulso da província.

«Entretanto, o governo julga-se no direito de esconder aos portugueses factos tão importantes, talvez porque ao mesmo tempo os governantes faziam discursos que eram contraditados por estes acontecimentos.

«Precisamos conhecer a verdade toda (por dura que seja) e encontrar para as nossas dificuldades uma solução NACIONAL».

ÁLVARO LINS

LISBOA — Ao regressar ao Brasil, o escritor Alvaro Lins, que em Portugal honrou corajosa e democraticamente, as normas tradicionais do direito de asilo, quando no exercício das altas funções de Embaixador do seu País em Lisboa, recebeu, já no cais, uma expressiva mensagem de gratidão, assinada por 600 cidadãos portugueses — escritores, professores, artistas, operários, etc. No documento, atribue-se ao dr. Alvaro Lins o honroso título de «embaixador da comunidade luso-brasileira de Portugal», destacando-se que ele soube interpretar magnificamente a solidariedade do Povo Brasileiro em relação ao espelhado, porém não vencido, Povo de Portugal.

A ação da polícia política impediu que milhares de lisboetas fossem como prometiam levar o abraço de despedida ao brasileiro que conquistou a simpatia de todos os portugueses. Assim, apenas algumas das personalidades que firmaram a mensagem de agradecimento ao diplomata e escritor foram autorizadas a assistir ao embarque do dr. Alvaro Lins. Entre os subscritores, assinalam-se os nomes de António Luis Gomes (que foi o primeiro embaixador da República Portuguesa no Rio de Janeiro), Jaime Cortesão, Nuno Simões, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Mário de Azevedo Gomes, Viciia de Almeida, almirante Quintão Meireles e os de muitos outros conhecidos opositores ao governo de Salazar.

Despedindo-se de alguns líderes de democratas portugueses, os quais unânimeamente lhe deram as mais significativas homenagens, disse o dr. Alvaro Lins: «Parto com profunda saudade e com plena consciência de ter desempenhado o meu cargo com a atenção voltada para os melhores interesses dos povos do Brasil e de Portugal».

Essa é também a opinião do Povo Português, que nunca esquecerá o que foi a ação do notável Embaixador do Brasil e que deseja ver ainda, um dia, no posto a que tem direito, o dr. Alvaro Lins.

Foi o seguinte o texto da mensagem entregue ao embaixador Alvaro Lins:

Senhor embaixador Alvaro Lins: Os signatários, pertencentes a várias correntes de opinião e acima de qualquer espírito de partido, cumpram, no momento em que vossa excelência abandona o seu alto cargo, o dever de prestar uma última homenagem de admiração e respeito ao escritor eminente, ao professor que ensinou o Brasil a Portugal e mais que tudo, ao fraterno representante da Comunidade Luso-Brasileira e, como tal, ao diplomata que, com tanto apuro e dignidade, manteve o direito internacional de asilo político, fiel a uma das mais nobres tradições do Brasil e do seu governo.

Além das personalidades acima citadas, subscreveram esta mensagem, também, os srs. cel. Helder Ribeiro, Antonio Sergio e João de Barros, Assis Esperança, Alves Redol, Pereira Santos, Urbano Tavares Rodrigues, Alvaro Salema, Raul Rego, Mario Soares, Cardoso Pires, Castro Soromenho, Manuel da Fonseca, Manuel Mendes, Armando Rodrigues, Santiago Presado, Ramos de Almeida, Mario Sacramento, Vitor de Sá e muitas outras individualidades republicanas como o prof. dr. Carlos Ramalhão, os drs. Veiga Pires, Correia Guimarães, Veloso de Pinho, Joaquim Bastos, Acacio Gouveia, Gustavo Soromenho, Mario Cal Brandão Santos Silva Filho, Antonio de Macedo, Olivio França, Oliveira Braga, Tinoco de Faria, Costa Gomes, arquiteto Artur de Andrade, pe. Francisco de Almeida, João Pedro dos Santos e Antonio Campos Correia.



O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

"NÃO HÁ PRÊSOS POLÍTICOS EM PORTUGAL"

(Salazar)

Foram julgados em meados de outubro, no Tribunal da Boa Hora de Lisboa, em Plenário sob a presidência do desembargador Silva Caldeira, numerosos patriotas portugueses.

As testemunhas de acusação eram 4 agentes da PIDE. As defesas eram 36 pessoas corajosas que não hesitaram de pôr em defesa dos "réus", indiferentes a quaisquer represálias que os carrascos da PIDE pudessem exercer, mais tarde, sobre elas.

Segundo o "Diário de Lisboa" de 6 de outubro, "os treze indivíduos acusados de propagação subversiva" eram os seguintes: Marcos Manuel Rolo Antunes, de 33 anos, de Lisboa; Mário Pedro Gonçalves, de 29 anos, de Lisboa; José Olaio Valente, de 27 anos, de Sobral de Adiça, Moura; Justino das Neves Mascarenhas, de 31 anos, de S. Bartolomeu de Messines, Silves; Carlos Alberto Jorge Consiglieri, de 25 anos, de Lisboa; Carlos Paredes, de 34 anos, de Coimbra; Francisco Dias da Cruz, de 29 anos, de Rossio ao Sul do Tejo; António dos Reis Madeira, de 28 anos, do Sobral de Adiça; Manuel Araujo Rodrigues, de 35 anos, de Braga; Armando Simões Gravato, de 34 anos, do Cartaxo; Manuel Torres Alves Pedra, de 28 anos, de Viana do Castelo; Norton César Nobre, de 29 anos de Lisboa, e António Santiago Barão Carapinha, de 33 anos, de Aljustrel.

A REPRESSÃO EM ANGOLA

Desde o começo deste ano que a repressão policial fascista, comandada pelo "gestapiano" José Lopes vem tendo um caráter de bestialidade sem precedentes.

Desde o suplicio da estátua aos espancamentos, todas as torturas são usadas pela PIDE contra os patriotas de Angola.

O clero católico angolano que ousa manifestar-se contra as deshumanidades praticadas pelos carrascos de Salazar corre o risco de ser preso ou expulso de Angola. Estão sendo particularmente visados pela PIDE, em virtude da defesa desassombrosa que fazem dos seus irmãos de raça, os sacerdotes negros Franklin da Costa, Manuel das Neves e Pinto de Andrade.

Entre as dezenas de pessoas presas em Angola pelo único crime de dizerem NÃO ao regime fascista de Salazar, figuram as seguintes:

ANTÓNIO PEDRO BENGÉ, negro, natural de Cabinda, funcionário dos Serviços de Saúde, reformado
FERNANDO PASCOAL DA COSTA, negro, de Luanda, func. Caminhos de Ferro, ref.

AGOSTINHO MENDES DE CARVALHO, negro, de Catete, enfermeiro
SEBASTIÃO GASPAS DOMINGOS, negro, de Luanda, empregado comercial
ANDRÉ MINGAS JOR., negro, de Cabinda, 2.º oficial da Fazenda

JOÃO LOPES TEIXEIRA, negro, de Luanda, electricista da D.T.A.
LUCRÉCIO MANGUEIRA, negro, de Luanda, funcionário da D.T.A.

JOAQUIM DE FIGUEIREDO, negro, de Luanda, funcionário dos C.T.T.
NOBRE PEREIRA DIAS, negro, Luanda, professor primário particular

BELARMINO VAN DUNEN, negro, de Luanda, enfermeiro dos Serv. de Saúde
NOÉ DA SILVA SAÚDE, negro, de Luanda, estudante

ARMANDO FERREIRA DA CONCEIÇÃO, negro, de Luanda, funcionário do Consulado Português no Congo Belga

VAZ CONTREIRAS, negro, de Luanda, enfermeiro dos Serv. de Saúde

PASCOAL GOMES DE CARVALHO, negro, de Luanda, func. dos Serv. de Saúde

JOÃO LISBOA, negro, de Luanda, empreg. comercial no Congo Belga

CARLOS ANICETO VIEIRA, negro, de Luanda, empregado no Banco de Angola

HIGINO A. SOUSA E ALMEIDA, mestiço, de Luanda, ajudante guarda-livros

ILÍDIO T. ALVES MACHADO, negro, de Luanda, 2.º Oficial dos C.T.T.
ANDRÉ FRANCO DE SOUSA, negro, de Maxico, assistente de gerência comercial

CARLOS A. VAN DUNEN, negro de Luanda, mecânico de automóveis

LUIS RAFAEL, negro, de Luanda, funcionário da Imprensa Nacional

AMADEU AMORIM, mulato, de Luanda electricista a C.M. Luanda

FRANCISCO AFRICANO, negro, de Luanda, empregado industrial

GABRIEL LEITÃO PEREIRA, mulato, de Luanda, Caixa de firma comercial

EDUARDO CORREIA MENDES, mestiço, de Luanda, Chefe de secção dos C. de ferro de Luanda

ANTONIO REBELO DEM ACEDO, mestiço, de Luanda, Chefe contabilidade da Imp. Nacional

FRANCISCO JAVIER HERNANDEZ, negro, de Nova York, tripulante da marinha mercante americana

MARIO CAMPOS, mestiço, de Luanda empregado oculista

FRANCISCO ASSIS MACHADO, mulato, de Luanda, radiotécnico

FERNANDO DE OLIVEIRA FERNANDES, mestiço, de Luanda, empregado no Banco de Angola

ANTONIO MARQUES MONTEIRO, mestiço, de Luanda, empregado do Banco de Angola

MARIO ANTONIO DA SILVA, negro, de Luanda, empregado do Banco de Angola

MARIO LOPES NOGUEIRA, mulato, de Luanda, funcionário dos Serviços de economia

HELDER FERREIRA NETO, branco, de Luanda, estudante

ANTONIO A. CALAZANS DUARTE, branco, de Algezur, engenheiro electrotécnico

JOSE L. CORTE REAL MEIRELES, branco, de Nova Lisboa, gerente comercial

ANTONIO MATOS VELOSO, branco, Porto, arquitecto

ANTÓNIO CONTREIRAS DA COSTA, mulato, de Catete, empregado comercial

MANUEL DOS SANTOS JOR., negro, de Luanda, electricista

ANTONIO CARDOSO, branco, de Luanda, empregado comercial

JOSÉ MATEUS DA GRAÇA, branco, de Luanda, empregado comercial

MARIA JULIETA GANDRA, branca, de Oliveira de Azemeis, médica

ABÍLIO RODRIGUES DA COSTA, negro, de Ambrizete, tripulante da Mar. Merc. Portugal

MÁRIO ANTONIO DA SILVA, mestiço, de Naquela, Zombo, observador dos S. Meteorológicos

ANTÓNIO JACINTO MARTINS, branco, de Luanda, gerente comercial

ADOLFO RODRIGUES NAVIA, branco, de Chaves, agrimensor.

2

Boletim de Informação Política

A REPRESSÃO SALAZARISTA

Apesar duma calma aparente a repressão policial tem continuado intensiva fazendo numerosas vítimas em todos os sectores da população.

Apresentamos em seguida alguns exemplos concretos dos que ultimamente chegaram ao nosso conhecimento.

No principio de Junho foi assaltada pela PIDE uma tipografia na R. Particular à R. Sebastião Saraiva Lima, tendo sido preso o respectivo dono. Consta que nela estava a ser impresso um livro do capitão Henrique Galvão denunciando factos comprovativos da extrema corrupção a que chegou o regime.

Na prisão de Caxias encontram-se cerca de 200 presos e na de Peniche 33, que estão a ser subalimentados e a sofrer constantes provocações dos carcereiros. Os 33 presos da fortaleza de Peniche são: Adolfo Ramos-2 anos e meio de prisão maior e medidas de segurança; Alfredo de Oliveira Santos-2 anos de prisão maior e medidas de segurança; António Lima-3 anos e 6 dias de prisão maior e medidas de segurança; António Cunha Santos-2 anos de prisão correccional e medidas de segurança; Armando de Magalhães Vieira-3 anos e meio de prisão m. e m. s.; David Carvalho-2 anos e 15 dias de p. m. e m. s.; Feliberto Brandão-2 anos de p. m. e m. s.; Fernando Cipriano-3 anos de p. m. e m. s.; João Moura-3 anos p. m. e m. s.; João António Caetano-2 anos e meio de p. m. e m. s.; José Capela-3 anos p. m. e m. s.; José Vitoriano-6 anos e meio de p. m. e m. s.; Júlio Martins-2 anos e 15 dias de p. m. e m. s.; Luis Nogueira-5 anos de p. m. e m. s.; Manuel Guedes- em segundo período de m. s. de 3 anos; Manuel Rodrigues- novo período de m. s. de 1 ano; Nuno Duarte-2 anos e meio de p. m. e m. s.; Salomão Figueiredo-2 anos de p. m. e m. s.; Salvador do Pomar-2 anos de p. m. e m. s.; Alvaro Cuahal- segundo período de m. s. de 3 anos; Carlos Costa-10 anos de p. m. e m. s.; Francisco Miguel-3 anos e meio de p. m. e m. s.; Guilherme de Carvalho- aguarda julgamento; Humberto Lopes-2 anos e meio de p. m. e m. s.; Jaime Serra- aguarda julgamento; Joaquim Gomes- aguarda julgamento; José Carlos- 4 anos de p. m. e m. s.; Pedro Soares- aguarda julgamento; António Rego-4 anos de p. m. e m. s.; Francisco Cipriano-18 meses de p. m. e m. s.; Francisco Martins-3 anos de p. m. e m. s.

No dia 27 de Maio, foram presos em Pero Pinheiro os operários Arnaldo Rousado, Joaquim Pinto Magalhães e Joel Sequera.

Em Caldas da Rainha, foram presos em fins de Abril, Raimundo Neto e 3 empregados de café.

Em Alhandra, foram presos Saul Frade, da fábrica de lã José Chapeleta, da Cimento Tejo, António Calado e Estilho Coragem, e um operário do Voo sam motor.

Um jovem preso há tempo, de nome Paixão, tem sido barbaramente torturado. Espancaram-no

7 vezes em 3 dias, colocaram-no nu diante de ventoinhas até enregelar e depois submetem-no a calor artificial intenso.

A PIDE continua a utilizar a tortura da estátua como recentemente fez ao preso Ralha que a suportou durante 48 horas.

O Dr. Arnaldo Mesquita, advogado no Porto, preso há mais de 6 meses, encontra-se isolado, numa cela em Caxias, depois de 60 dias de isolamento no Aljube. Durante os primeiros 15 dias nem uma enxerga teve para se deitar. A PIDE applicou-lhe a já célebre tortura da vigília, impedindo-o de dormir durante 6 dias e 6 noites consecutivas.

Em Lisboa foram presos, na primeira quinzena de Agosto, o Sr. Francisco Louro, contabilista, um estudante de apelido Abrantes e uma estudante de medicina de apelido Barradas.

Os subsídios para companhias de teatro itinerantes na época de verão, concorreram 6 agrupamentos. O subsídio não foi concedido a nenhum com o pretexto de falta de verba.

Um dos agrupamentos, que com autorização da censura ensaiava a "Forja" de Alves Redol, foi, ao fim de um mês de ensaio, informado que a peça era proibida.

A outro agrupamento foi também proibido o ensaio de "O dia seguinte" de Luis Francisco Rebelo. Esta peça já foi levada a cena, no nosso país o ano passado, e também em Espanha, França e Bélgica.

A REPRESSÃO NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

Em principios de Junho foram presos na cidade da Beira, Africa Oriental, o Sr. Carlos Alberto Lança, e outra pessoa cujo nome não conhecemos.

Em fins de Julho foi preso, em Lourenço Marques, o arquitecto, António de Matos Veloso, filho do illustre democrata Dr. Veloso de Pinao, do Porto.

Em Angola foram presas 49 pessoas, entre as quais 2 padres, um deles de nome Pinto de Andrade.

Em Luanda foi preso o engenheiro Calazans Duarte, em fins de Julho.

MAJOR CALAFATE

Foi concedida ao Major Luis Calafate autorização para seguir para a Venezuela, saindo assim da Embaixada deste país em Lisboa onde, como noticiamos, se refugiara em Março último.

O Major Calafate encontra-se agora em lugar seguro e com a sua saída ficou solucionado o último caso de asilo politico que as autoridades tinham para resolver.

Como nos casos anteriores o Governo teve de co-

Unidos pela vontade comum e inquebrantável de derrubar a tirania que há tantos anos sufoca o País, patriotas portugueses de diversas tendências políticas fundaram, há meses, a JUNTA NACIONAL DE LIBERTAÇÃO, dia a dia mais aguer-

rida na luta sem quartel, em Portugal, contra Salazar e seu regime. Uma das formas de que essa luta se reveste é a publicação do BOLETIM DE INFORMAÇÃO POLITICA que divulga o terrorismo da PIDE contra os patriotas portugueses e leva ao

conhecimento do País o que a imprensa estrangeira escreve sobre o regime salazarista.

Reproduzimos a página 2 do boletim correspondente aos meses de junho-julho do ano corrente e que acaba de chegar à redacção de PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

O "Comité dos Intelectuais Portugueses"

solidário com o escritor Aquilino Ribeiro

Os motivos que levaram o governo fascista de Salazar a processar o grande escritor português Aquilino Ribeiro, em virtude da publicação do seu já famoso romance "Quando os Lobos Uivam", são conhecidos de todos os nossos leitores. Entretanto, um tribunal de Lisboa "julga" o romancista. Contra esta arbitrariedade se ergue PORTUGAL DEMOCRÁTICO, afirmando a Aquilino Ribeiro a sua total solidariedade, em nome de todos os Portugueses Livres.

Eis o telegrama que a agência "France-Press" divulgou recentemente, a propósito do "julgamento" do autor de "Quando os Lobos Uivam":

"O Tribunal de Lisboa pronunciou esta manhã um dos mais célebres escritores portugueses contemporâneos, o sr. Aquilino Ribeiro, de 74 anos de idade, concedendo-lhe, porém, liberdade sob fiança. Tendo pago imediatamente os 60 mil escudos (370 mil cruzeiros aproximadamente) de fiança fixada pôde o réu deixar livremente o tribunal.

O escritor, que sempre militou nas fileiras da opposição ao regime, estava

sendo perseguido em seguida à publicação do seu último romance "Quando os Lobos Uivam", que retrata a luta dos camponeses contra a expropriação de suas terras pelo Estado.

Aquilino Ribeiro foi considerado culpado de: denegrir o prestígio do país no Exterior; instigar atentados contra o Estado; ultrajar o presidente do Conselho, os ministros e a magistratura, e injúria à policia de Estado.

Por êsses diferentes delitos, o escritor é passível da pena máxima de 8 anos de prisão, e, por outro lado, o fato de ter um filho na magistratura é considerado como circunstância agravante.

PROTESTO DE SOLIDARIEDADE Logo que no Brasil foi conhecida a farsa, foi enviado a Aquilino Ribeiro o seguinte telegrama:

"O Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, tomando conhecimento

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"
— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

através das agências telegráficas da condenação, por um tribunal de Lisboa, do escritor Aquilino Ribeiro, pelo «crime» de ter escrito o romance «Quando os Lobos Uivam», hipoteca irrestrita solidariedade ao grande escritor português e alerta a opinião pública internacional contra mais um atentado à liberdade de expressão cometido pelo regime fascista de Salazar.

Pelo Comité — João Sarmento Pimentel.

Da autoria da nossa estimada colaboradora, a romancista Maria Archer, deve ser publicado muito em breve, em São Paulo, um livro intitulado "Os últimos dias do fascismo português", no qual se faz o processo do regime salazarista, observado através do clamoroso e ilegal julgamento do Capitão Henrique Galvão, na oportunidade em que este cumpria já uma pesada pena de prisão a que fôra condenado anteriormente pela "justiça" ditatorial. Desde já, aceitamos pedidos para a aquisição de "Os últimos dias do fascismo português" na administração de "Portugal Democrático".

CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Conforme temos anunciado, vai realizar-se em São Paulo, em 31 de Janeiro de 1960, o Congresso dos Democratas Portugueses, cujo temário é o seguinte:

I — Educação e Cultura. II — Economia (Indústria, Comércio e Agricultura). III — Ultramar. IV — História da República. V — Democracia, Liberdade e Direitos do Homem. VI — Comunidade Luso Brasileira. Quaisquer outros estudos que se revelem de interesse para Portugal, embora não abrangidos especificamente no temário, serão igualmente aceites.

As teses devem ser remetidas à Comissão Executiva do Congresso dos Democratas Portugueses (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — Caixa Postal 5294 — São Paulo — Brasil), recomendando-se aos interessados que residam em Portugal que averiguem dos meios mais seguros de fazerem chegar os seus trabalhos à Capital Bandeirante.

Quaisquer esclarecimentos podem ser ainda solicitados à Comissão Executiva, que aproveita a oportunidade para salientar que de Portugal e de inúmeros países têm chegado os melhores incentivos aos que lançaram a ideia da realização de tão necessário e oportuno Congresso.

I conferência sul-americana pró-anistia dos prêsos políticos portugueses e espanhóis

Em reunião que se efetuou na sede da União Brasileira de Escritores, sob a presidência do vereador Freitas Nobre, que estava ladeado por representantes sindicais, foram recentemente empossados os membros da Comissão Coordenadora da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Portugueses e Espanhóis.

No decorrer da cerimónia, o sr. Sebastião Costa, presidente da Federação de Sociedades de Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, historiou a campanha que vem sendo desenvolvida em prol da anistia aos encarcerados políticos lusos e espanhóis, acentuando que a I Conferência Sul-Americana que, entretanto, se prepara é o corolário lógico das manifestações iniciadas há meses. Falaram, em seguida, os srs. Santiago Nieto, em nome dos democratas espanhóis, e eng. Santos Barleizão, que a todos agradeceu, e destacadamente aos brasileiros, o auxílio moral e, até material, por estes oferecido ao movimento de redemocratização de Portugal.

COMISSÃO COORDENADORA

A fim de orientar os trabalhos da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses foram designados para os diversos cargos da Comissão Coordenadora as seguintes personalidades brasileiras:

Presidente, dr. Sérgio Milliet, escritor e atual presidente da União Brasileira de Escritores; Lo vice-presidente, Prof. Florestan Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; 2.º vice-presidente, dr. Paulo Duarte, presidente em exercício da União Brasileira de Escritores; 3.º vice-presidente, dr. José Magalhães de Almeida Prado, deputado à Assembleia Legislativa; 4.º vice-presidente, Armando Martins de Azevedo, presidente da União Estadual de

Estudantes; 5.º vice-presidente, Sebastião Costa, presidente da Federação das Sociedades de Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo; secretário-geral, Dra. Dolores de Mello Vassão, advogada; 1.º secretário, Mário Donato, escritor; 2.º secretário, Prof. Miguel Costa Júnior; 3.º secretário, Murillo Mello, advogado; 4.º secretário, dr. Enio Minhoto, advogado; Lo tesoureiro, D. Helena Nioac Prado; 2.º tesoureira, Remo Forli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e do Material Elétrico de São Paulo; assessoria jurídica, dra. Marcos Molega, vereador, Freitas Nobre, vereador, e Costa Netto, advogado.

IMPORTANTES ADESÕES

Além de adesões de destacadas personalidades de diversos países latino-americanos, ofereceram já a sua colaboração à I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Portugueses e Espanhóis inúmeros deputados federais e estaduais, vereadores e dirigentes de organizações populares, estudantes e sindicais brasileiras.

No que se refere a parlamentares e vereadores, todas as agremiações políticas estão já representadas na grande manifestação que vai desenvolver-se em São Paulo, no próximo mês de Janeiro. No Brasil, em face das valiosíssimas adesões já recolhidas, pode dizer-se que a campanha em favor dos presos políticos portugueses e espanhóis é, na realidade, de âmbito nacional.

Evidentemente que às manifestações programadas se associam, de alma e coração, todos os democratas portugueses do Brasil, em representação das várias correntes políticas, e, nomeadamente, os organismos anti-salazaristas, isto é, o jornal «Portugal Democrático», o «Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão» e o «Centro Republicano Português».

EM DEFESA DOS POVOS IBÉRICOS

PAULO DE CASTRO

Está em preparação em São Paulo — escreveu o «Diário de Notícias» — uma jornada em favor dos presos políticos de Espanha e Portugal. Essa jornada é da iniciativa de estudantes e organizações culturais e humanitárias, esperando-se que se transforme num imenso protesto contra a existência de prisões políticas, campos de concentração e as torturas realizadas nos dois países da Península Ibérica.

Perante o silêncio cúmplice da ONU os povos ibéricos contam apenas com a solidariedade espontânea de grupos de homens no mundo que não se curvam às conveniências da guerra fria e mantêm intato o seu protesto contra dois governos mantidos pelo terror com armas forjadas em países democráticos.

É necessário aguilhoar a consciência deste Ocidente que atraiçoa o seu passado libertário ao permitir tanto a guerra de extermínio da Argélia como o apoio a Salazar e Franco, aos Stroessner, aos Somoza e ao «gangster» Trujillo, engastado no mar das Caraíbas e hoje mantido para facilitar o terreno estratégico de um assalto a Cuba e à Venezuela.

É este ato de indignação contra o silêncio de um mundo ocidental disposto a transigir com tudo o que seja fascismo, atemorizado com «Luniks», trabalhado pela insónia mas não pelo remorso que alguns homens vão realizar em São Paulo.

Ai vão lembrar-se e situar-se geograficamente os campos de concentração da Península, vão dar-se os elementos concretos do terror que envolve Portugal e a Espanha, vão mostrar-se as chagas que os ditadores pretendem esconder; vai dizer-se à ONU que nem só o que perturba a paz mundial merece a sua vigilância.

É necessário sistematicamente, obstinadamente, fazer sentir à opinião pública ocidental a situação de Portugal e Espanha. Basta ler os manifestos assinados por dezenas de pessoas em Portugal e por milhares em Espanha contra as perseguições e torturas para se ver que esses povos continuam a sua luta. Merecem ou não ser ajudados? Devem ficar sepultados e devemos ainda mandar flores e promover visitas presidenciais que serão aproveitadas pelo fascismo como elementos de propaganda interna para

acabrunhar, frustrar, esmagar os anseios de liberdade desses povos?

Depois da última campanha eleitoral portuguesa, em que o povo mostrou o seu repúdio à oligarquia, hoje pensa-se apenas em fazer esquecer, em liquidar os homens de memória, em encerrar num parêntese essa campanha, em comprimir esse parêntese de forma a que apenas, dentro em pouco, um ponto perdido no tempo, diluído em irrealdade pelos cronistas do «Reino Cadaveroso».

E para melhor provar que nada houve, nem mesmo problemas com o Brasil, nada melhor do que a visita de um representante do Brasil. Pelo convite feito ao presidente do Brasil tenta-se romper a História e fazer nascer a versão de que o passado recente, as lutas e mortes de uma campanha eleitoral, foram apenas diálogos de salão mal interpretados no estrangeiro.

A presença do representante de um país democrático será ainda apresentada como a bânção ao fascismo, já que para Salazar nem interessam as comemorações henriquinas nem a comunidade luso-brasileira, interessa o poder, a justificação do poder, e tudo o que possa fortalecer o seu poder.

É disto que devemos partir em todos os atos que se pratiquem em relação ao governo de Lisboa como em relação ao de Franco.

Devemos homologar o fascismo, coonestar a tortura, glorificar os campos de concentração, devemos esquecer o povo português?

Estas são as primeiras perguntas a fazer pelos democratas brasileiros dos mais poderosos aos mais humildes. O que ninguém pode é iludir os problemas, pois tudo está suficientemente claro, mesmo para quem pretenda situar-se num ângulo distante.

NOTA — Queremos de uma forma simples exprimir a nossa homenagem a Alvaro Lins no momento em que renuncia à Embaixada do México. O povo português nunca esquecerá o que lhe deve. Isolado pela oligarquia, Alvaro Lins terá num Portugal democrático as honras que merece, como outros brasileiros que num momento crucial o ajudaram a bem cumprir a sua missão.

SALAZAR CENSURA

A LITERATURA E O TEATRO DO BRASIL

Publicou «O Estado de S. Paulo», em sua edição de 5 de novembro passado, uma notícia do seu correspondente em Lisboa, segundo a qual Salazar reforçara ainda mais a censura, graças à qual (e à PIDE) se tem mantido no poder. Escreveu o correspondente do importante matutino paulista:

«Já não é apenas sobre as cartas e jornais expedidos do Brasil que se exerce a severa vigilância da censura e da PIDE salazaristas. Entretanto, é sobre todas as coisas e pessoas procedentes daquele país que a ditadura atua com maior firmeza.

Ultimamente, a revista «Leitura» foi proibida de circular em Portugal, depois de ter divulgado a mensagem de solidariedade de cerca de 400 intelectuais e artistas brasileiros ao escritor e diplomata Alvaro Lins.

Pouco depois foi proibida a venda de «Gabriela, Cravo e Canela», em virtude de o seu autor, Jorge Amado, ter denunciado, durante o Colóquio Luso-Brasileiro, na Bahia, certos abusos cometidos pela censura e pela polícia contra os intelectuais portugueses.

Do escritor Edgard Cavalheiro foi igualmente proibida em Portugal a sua «Vida de Garcia Lorca», enquanto que os livreiros lusos foram avisados de que não mais podiam vender nenhuma das obras de Graciliano Ramos. Finalmente, a peça «Gimba», de Gianfrancesco Guarnieri, só foi re-

presentada com alguns cortes da censura, enquanto que «O Auto da Compadecida», de Ariano Suassuna, não pôde ser levado à cena senão depois de o autor lhe acrescentar dois entreatos, explicando que a peça não é anticatólica. Para concluir, indicase que diversos escritores e jornalistas portugueses radicados no Brasil foram proibidos de colaborar em jornais ou revistas lusos, mesmo quando tratem de assuntos estritamente culturais.»

PROTESTO DO COMITÉ DOS INTELECTUAIS

Contra esta nova arbitrariedade do governo ilegal de Salazar, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão divulgou o seguinte comunicado de protesto:

O Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, que há muito vem chamando a atenção da opinião pública do Brasil e do Mundo para algumas das mais gritantes arbitrariedades do regime fascista de Salazar, vem, entretanto, protestar contra a proibição em Portugal da revista brasileira «Leitura», protesto extensivo à interdição de toda a obra do Graciliano Ramos, do estudo «Vida de Garcia Lorca», de Edgard Cavalheiro, e do romance de Jorge Amado, «Gabriela, Cravo e Canela». Insurge-se ainda, contra a mutilação exercida pela censura salazarista sobre as peças «Gimba»

(de Gianfrancesco Guarnieri) e «O Auto da Compadecida» (de Ariano Suassuna) e, finalmente, a proibição de «O Desejo» (de O'Neill), espetáculos que foram ou deviam ser montados em Lisboa por companhias teatrais paulistas.

No momento em que Salazar desenvolve múltiplas ofensivas visando confundir o verdadeiro sentido da luta conduzida pelos democratas portugueses em Portugal, no Brasil e noutros países estrangeiros, o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, legítimo representante dos intelectuais lusos amordaçados pela censura, quer deixar bem patente a sua inteira solidariedade aos artistas brasileiros espoliados nos seus direitos pelo governo fascista de Salazar.

(aa) Adolfo Casais Monteiro (escritor), Alfredo Pereira Gomes (professor universitário), Armindo Blanco (jornalista), Carlos Cruz (engenheiro), Carneiro Franco (ex-deputado), Fernando Correia da Silva (escritor), Fernando Lemos (pintor), Francisco Lopes (industrial), Francisco Sarmento Pimentel (oficial do Exército), João Alves das Neves (jornalista), João Sarmento Pimentel (oficial do Exército), Joaquim Ferrer (escritor), Jorge Fidelino de Figueiredo (engenheiro), Maria Archer (escritora), Paulo de Castro (jornalista), Ricca Gonçalves (engenheiro), Rodrigues Lapa (professor universitário), Santos Baleizão (engenheiro), Vitor Ramos (professor universitário), Toga Machado (ex-governador) e Zaluar Nunes (professor universitário).

«SALAZAR DETESTA GABRIELA, CRAVO E CANELA, ALEM DO MAIS»

O cronista Egídio Squeff comentou no jornal «Ultima Hora» (12-XI), os ataques movidos por Salazar aos intelectuais brasileiros, dizendo:

«Fico a matutar, sem compreender, por que o governo do sr. Oliveira Salazar, que integra a constelação do «mundo livre», proibiu a circulação, nos seus domínios, do livro de Jorge Amado. Será por causa do Nazib, que é um turco? Por causa de Gabriela, que é mulata? Vai ver que é por causa do cravo e da canela, apimentados demais... A pimenta exerce ação excitante, esquenta, sacode o sangue, dá vontade de gritar nas ruas, protestar. Deve ser por isso.

Agora mesmo me chega às mãos uma declaração do COMITÉ DOS INTELECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRESSÃO, em que se diz o seguinte: «No momento em que Salazar desenvolve múltiplas ofensivas visando a confundir o verdadeiro sentido da luta conduzida pelos democratas portugueses em Portugal, no Brasil e noutros países estrangeiros, este COMITÉ, legítimo representante dos intelectuais lusos amordaçados pela censura, quer deixar bem patente a sua inteira solidariedade aos artistas e intelectuais brasileiros espoliados em seus direitos pelo governo fascista de Salazar.»

Que os senadores Lourival Fontes e Vitorino Freire, entre outros, eles que pretenderam desmoralizar Alvaro Lins por sua defesa da dignidade do nosso País ao dar asilo a Delgado — que escute mais.»

Acêrca do comunicado do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, o mesmo jornal acrescentou com ironia:

«Toda a obra de Graciliano Ramos foi interdita, idem, idem a «A Vida de Garcia Lorca» (assassinado por Franco), de Edgard Cavalheiro.

Acho que, por tudo isto, o sr. Alvaro Lins devia ser metido na cadeia, e enviada uma nota de desculpa ao sr. Oliveira Salazar, pelo desaforo de terem sido escritos aqueles livros.»



O grande pintor brasileiro Clovis Graciano, cuja voz tanta vez se tem erguido contra o terror policial das ditaduras fascistas da Península Ibérica, foi dos primeiros artistas brasileiros a dar sua adesão à I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Portugueses e Espanhóis. É de sua autoria o cartaz que reproduzimos e que anunciará do norte ao sul do Brasil a grande jornada de solidariedade humana a realizar em janeiro de 1960.

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO:

«THE TIME OF THE LEAFLET» DE «THE NEW STATESMAN», DE LONDRES, SOBRE A REPRESSÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE.

«A República em Portugal», de Daniel de Sousa

MOÇAMBIQUE CONTRA SALAZAR

"Portugal" Democrático", órgão de todos os movimentos e grupos anti-Salazaristas, publica nesta sua edição importante documentos sobre a realidade da situação na Província Portuguesa de Moçambique. Um desses documentos reveste-se da forma de exposição entregue ao Ministro salazarista do Ultramar, quando este visitou Moçambique; o ministro devolveu a mensagem, indicando que embora concordasse pessoalmente com os subscretores, não podia aceitar as suas conclusões, dada a sua condição de membro do governo...

A exposição circula, entretanto, profusamente em toda a província de Moçambique, assim como na de Angola e, até, na Metrópole. Um dos exemplares que chegou à nossa redação inclui já um "comentário", que também reproduzimos.

Foi nos seguintes termos que os democratas portugueses de Moçambique expressaram o seu repúdio ao regime fascista de Salazar:

SENHOR MINISTRO ULTRAMAR EXCELENCIA:

Existe em Moçambique, como aliás V. Excia. publicamente reconheceu, uma forte corrente de opinião desfavorável ao regime.

Não dispondo essa corrente de personalidade jurídica, de existência legal, ou sequer de um estatuto que lhe defina a existência real-essa ontologicamente inofensível- os signatários representam-se a si próprios. Sem embargo, defendeu a maioria deles no último movimento eleitoral um capital de doutrinas e pontos de vista que foram plebiscitados pela grande maioria da população da Província através de actos de concordância, e até de fé, em face dos quais o resultado do sufrágio será talvez o somenos índice.

Teve V. Excia. para com as populações descontentes afirmações de respeito intelectual que vai rareando. Convencemos V. Excia. de que não foram ditas apenas por sentimentos de oportunidade ou de conveniência política, o que legitimou a expectativa de que talvez os governantes desejem iniciar um diálogo com os governados sem que a sinceridade e desassombro desalojem a hipocrisia e a lisonja.

Num recente discurso, o Senhor Presidente do Conselho, oracularmente, como sempre, afirmou que "em política o que parece é". Seria desastroso que, numa viagem classificada de inspecção e estudo, V. Excia., convindo em tão esculpida dignificação do aparente, tomasse a nuvem por Juno, ou seja a versão oficial dos problemas de Moçambique pela sua real problemática.

Fez V. Excia. um apelo á unidade de todos os portugueses de Moçambique em face dos problemas internacionais e das ameaças externas que, pondo a questão da permanência de Portugal em África, de certo modo a colocam em crise. Retomou, assim, V. Excia. um tema que constitui a nota dominante dos discursos do Exmo. Governador, á sua chegada á Moçambique.

Não sabemos até que ponto uma hipotética desunião em face dos supostos inimigos comuns, constitui para V. Excia. receio eventual ou inabalável certeza. Contudo a insistência não é tranquilizadora para aqueles que, pela sua posição marcadamente oposicionista, mais se apresentam a encabeçar a suspeita do menos patriotismo. Este ponto, só por si, justificaria a conveniência e a oportunidade da presente mensagem.

Não sabemos que razões possam ter V. Excias. para duvidar-se é que duvidam da nossa lealdade á condição de portugueses. Receamos, isso sim, que, num regime em que a discussão de tais problemas é tutelada até á sua quasi proibição, toda a confusão seja possível.

Bem recentemente, o jornal "Arriba" publicou uma crónica em que o seu correspondente de Tanager afirma em prosa lastimável, e, naturalmente, sem dizer porquê, que "para atacar Salazar, os activistas da opposição não vacilam em fomentar o separatismo no Ultramar Português".

Mantendo a opposição moçambicana, desde as últimas eleições, o mais ren-

tente passivismo, poderia parecer que a outra qualquer se referia o cronista. Mas não; logo acrescenta que "em Moçambique, o mais importante dirigente desta conspiração seria partidário do General Delgado...", cujos partidários fomentariam toda a possível revolta política na África Portuguesa, para intensificar as actividades separatistas, desde os sectores liberais anti-salazaristas até aos grupos comunistas".

"Uns e outros acrescentam-querem ferir Portugal utilizando o factor separatista, até agora inexistente, mas que se procura excitar, com exemplos próximos".

Como a feição democrática da Opposição em Moçambique transforma em górdia tortura saber qual, de entre os oposicionistas, seja "o mais importante", a suspeita recai igualmente sobre todos.

O mais grave, porém, é que o circunspecto "Diário de Notícias", de Lisboa, deu guarida ao sensacionalismo da notícia, reproduzindo-a com intencional destaque. A Censura conveio. E, convindo, agitou consciências tranquilas e, quiçás, rebeldias apaziguadas.

Se dispussemos duma imprensa livre cairíamos com todo o peso da verdade sobre este abecedário da demagogia. Como não dispomos, não nos resta outra solução senão aproveitar a presença de V. Excia. entre nós para afirmar, não o nosso patriotismo que não consideramos em causa ou em crise, mas sim que não autorizamos, seja quem for desde o Presidente da República ao repórter mais anodino, a colocá-lo em dúvida.

Ideias separatistas é coisa que não vemos que exista em Moçambique, como manifestação ou como corrente, e em caso algum como propósito, a não ser no espírito daqueles facciosos monopolistas do amor pátrio que, á força de receálos, somam villanias que acabarão por impôr tais ideias.

Simplemente, não confundimos a Pátria com o Governo ou com o regime, ao contrário do que parece acontecer com esses extrínsecos detectores de apocalipses, que não recuam perante o gesto de amputá-la dos seus melhores cidadãos, em obediência a uma táctica alarmista, tendente á divisão e ao enfraquecimento de forças que receiam, e, portanto, reconhecem. Há-de V. Excia. convir em que servem tão pouco a causa alheia, como servem a própria.

Unidos, pois, perante ameaças exteriores que afectam a nossa dignidade de cidadãos e a nossa soberania, sempre estaremos. Mas unidos numa opposição firme perante o actual regime, não poderemos igualmente deixar de estar.

Só vemos uma maneira digna de colaborar com o Governo, em cuja rectidão de intenções gostaríamos de acreditar: é convencê-lo de que não deve continuar a impor-se a um povo que não mais o estima, nem deseja.

Tanto quanto nos parece, Senhor Ministro, não afectam, nem ameaçam o Portugal do Ultramar problemas externos que não sejam, de longe ou de perto, o reflexo de problemas internos, senão estes mesmos problemas. E fazemos a nós próprios a justiça de considerar que o precederam a nossa passividade, da qual são causa e não a consequência. Nenhuma responsabilidade temos.

A pergunta a formular é esta: estamos tentando tudo quanto está ao nosso alcance para que Moçambique acompanhe o progresso social e económico dos demais territórios africanos?

Temos, honestamente, de responder que não. E não por que, antes de mais a maior parte dos portugueses daqui labutam, em natural ressaca contra a falta de prerrogativas que se lhes negam, vive em regime de resistência passiva. Não no sentido de uma passividade actuante e teleológica, á Ghandi, o que seria o menos, mas de uma passividade letárgica, resignada — ap íor de todas.

Em todos a mesma falta de "elan" criador de entusiasmo e de luta, a mesma ausencia de febre de empreendimentos que é o fermento dos impérios. E' que esse desejo sagrado de criar, que costuma ser uma constante dos países em formação, postula uma compartici-

pação no poder que o actual regime não comporta.

O mal é de fácil diagnóstico. Se Excia. ou o Exmo Governador tivessem assistido ao espevitar de entusiasmos que foi a última campanha eleitoral, reconheceriam, atónitos, na amostra de liberdade que entre nós se ensaiou, uma força criadora que, canalizada para obra útil, faria num dia o que o punhado de leis dedicadas do Estado Novo que entre nós persiste, não pôde fazer num ano!

Não há que discutir se essa descrença nos métodos governamentais que gera o desalento, é inteiramente justa ou em parte merecida. Não nos sobra tempo para discussões. Há que constatar o fenómeno e buscar para ele a terapêutica exacta.

Consistirá ela num apoio contrafeito e tão desalentado como a própria passividade contra a qual se dirige? Creemos que não, Senhor Ministro. Seria inocular o próprio vírus.

Por um caminho ou por outro, sempre aportaremos á conclusão de que não há salvação dentro do regime, nem apesar dele. Apenas sem ele. E amanhã pode ser tarde.

Já V. Excia. deve ter compreendido que a nossa divergência é básica. Não essencialmente de casuísticas soluções, mas de plataformas e de pontos de partida. Porque não dizer a palavra? De política.

Assim sendo, não pode iludir-nos a eventualidade de um acto isolado e individual de cooperação, como aqueles que, a título de exemplo, V. Excia. citou, em ilustração de uma tolerância intelectual, que temos de considerar apenas ornamento pessoal de V. Excia. Ou a cooperação é de todos, ou não terá eficácia que mereça a pena de um acto de transigência que, porventura, a consciência repele. Ora, a cooperação de todos implica a refundição dos alicerces e não apenas a superstrutura do edifício governamental. Não se contenta com a mudança de pedras; implica a substituição do jogo. Não se resolve com boas vontades individuais; exige reformas.

Julgamos não estar o Governo de que V. Excia. é luzido representante preparado para elas. Só o estaria com efeito quando possuísse a equanimidade bastante para não recear uma evolução? Responde-se que é melhor isso do que esperar que, mais tarde ou mais cedo, os problemas lhe imponham pela via da catástrofe.

Se alguma lição se colheu da última campanha eleitoral foi a de que Moçambique soube merecer e servir-se da amostra de liberdade que lhe deram. Vibrou com recato, discutiu com propósito, votou com ordem. Não se registrou, como aliás seria natural, uma palavra mais azeda, uma alusão pessoal menos comedida, uma atitude menos própria.

Dir-se-ia que a democracia praticada durante a trégua eleitoral correspondia a uma fase evoluída da institucionalização do sufrágio como processo de escolha.

E se alguma coisa ficou também provada, se é que os números oficiais nos não impedem de falar verdade, é que os portugueses de Moçambique anseiam por democratizar-se. Este o problema número um de Moçambique, e ao tempo o "Abre-te Cézamo" da sua expansão.

Mas se assim é, se na Democracia reside a solução que a todos contenta, o fim da passividade e o começo da luta pela conquista do futuro, porque não democratizaremos Moçambique? Porque não permitiremos a formação de uma opinião pública actuante, que viva os problemas e os resolva através do milagre de uma união real?

Porque não se liberaliza a imprensa, hoje em franco regime de inflação de lisonjas, e a chamamos a desempenhar a tarefa que lhe incumbe de esclarecer espíritos e preparar consciências?

Porque não regressamos ao municipalismo tão caro ás tradições do nosso povo, permitindo a livre eleição das vereações?

Porque não consentimos na representação de todas as correntes políticas democráticas no Conselho Legislativo, dignificando-o pela discussão real dos

problemas e pela descentralização gradual da função de legislar?

Porque não há-de aumentar-se a representação de Moçambique na Assembleia Nacional, liberalizando a escolha dos representantes?

Porque não restabelecemos as liberdades essenciais, a absoluta igualdade perante a lei, o prestígio da regra de direito e do artigo de fé?

Só vemos uma razão para que tudo isso se não faça: a insistência em sobrepor a vivencia do regime á redenção da Pátria.

Ái de nós: ao mesmo tempo que V. Excia. afirmava o seu respeito intelectual pelas convicções alheias, a Assembleia Nacional, a despeito das reivindicações da Opposição portuguesa, remodelava as já precárias e mesmo assim nominais garantias individuais da Constituição da República.

Gostaríamos de não nos dividir e ter esperança. Mas como poderemos tê-la? Reconhecemos a gravidade do momento histórico nacional. Mais do que isso: sentimos-la. É que, em Moçambique, não se raciocina politicamente por dilettantismo, mas porque a incerteza do futuro a que leva a política do presente nos torna tristemente sábios do que receamos.

O problema da permanência de Portugal em África é, certamente, um problema nacional. Mas, enquanto dez milhões de portugueses o sofrem no espírito, as dezenas de milhar que aqui labutam sofrem-no também na carne. Para alguns pode significar apenas o receio da perda de glórias passadas. Para nós é, seguramente, o pavor da falência das esperanças futuras.

Daí que dia a dia sintamos brotar á nossa volta um sentimento de auto-repriminação pelo compromisso aparente com esta sorte de resignação nacional.

Sabemos que o Governo enfrenta, neste momento, problemas que monopolizam a vitalidade. Lá como cá, a questão da sobrevivência do regime, a que uns prognosticam uma queda eminentemente outros uma agonia tarda, mantem o País dividido, suspenso e odiado.

Mas, Excelencia, se a velha Metrópole não pode esperar pela sua redenção, muito menos pode o Ultramar português esperar pelo seu "milagre de Ourique". Tem de fazê-lo já.

Nós não queremos escrever mais páginas de ouro com glória e com mártires passados. Queremos o heróico éticamente preparado para repetir o fenómeno do Brasil em África, até ver o unico fenómeno europeu em matéria de democracia étnica.

Não é por dilettantismo, pois se raciocinamos politicamente, como não é por negativismo ou nihilismo político que negamos ao regime o nosso apoio. Apenas por que, repetimos, a salvação está nas virtudes que se oprimem, na vitalidade que se doma, na alma portuguesa que se não preenche.

Ilustra V. Excia. um Governo que, em face do movimento dinamizante que sacode de lés a lés o continente africano, se conforta e como que se vangloria com cinco reis de paz.

No seu último discurso, o senhor Presidente do Conselho, referindo-se á África Portuguesa, buscou compensação para a falta de tudo na abundância de nada. Por outras palavras, sobrevalorizou a quietude que reina. Os portugueses sabem, por muitas e dolorosas experiências, que quietude nem sempre significa paz. Só é tranquilizadora, índice de apaziguamento e de progresso, a ordem que se aceita e não a que se suporta.

Afirmar que não existe para nós a perspectiva de um movimento africano, só porque não ressoam tambores, equivaleria a ter afirmado outro tanto em alguns países que hoje se vêm a braços com ele, dias antes de ter deflagrado.

Não nos iludamos: com fronteiras abertas para a "queimada" que alastra e com milhares de rádio-receptores sintonizados para os focos dinamizantes do pan-africanismo só á falta de actualização política, que mais tarde ou mais cedo, não podem deixar de ter, estamos devendo a quietude dos seis milhões de

nativos que pagam tributo a Portugal.

Não nos iludamos, pois. Desconhecer os problemas ou adia-los, não é o mesmo que resolvê-los. A quietude pode assim, às vezes, ser um mal.

* * *

A indicação de soluções concretas para os problemas que nos angustiam e dividem não cabem, evidentemente, numa simples mensagem de boa vontade.

De resto, perflilhando nós o sistema do apuramento democrático da vontade colectiva, defender soluções fóra da sua orgânica, equivaleria a tomar posição partidária, a despeito da inexistência de partidos, correndo o risco de confundir a parte com o todo.

Propusemo-nos apenas afirmar a V. Excia. que ouvimos com agrado o apêlo feito, mas que não podemos colhê-lo em nossas consciências.

Trata das razões esta mensagem, expressão daquelas convicções a que V. Excia. dispensem respeito.

Apresentamos a V. Excia. sinceros cumprimentos.

Lourenço Marques, 13 de julho de 1959 — 35 assinaturas em Lourenço Marques, representando os oposicionistas, 206 assinaturas na Beira (Sofala). Encabeçavam as assinaturas, como membros da "comissão apresentante" da mensagem, os srs. Dr. Daniel de Sousa, Américo Galamba e Dr. Neves Anacleto.

COMENTÁRIO

Depois de ter explorado durante anos o sofisma de que o País regressaria "á política do passado", permitindo-se enxovalhar pessoas e deturpar factos históricos, em Portugal, consentindo campos de concentração, assassinios, torturas e prisões sem numero, julgamentos tortuosos de portugueses que por serem contra a ditadura a Pide acusava de comunistas, para amedrontamento de gente ingénuo e desprevenida, mas principalmente para obter o apoio externo á sua politica, — sofisma em que hoje ninguém acredita; depois de explorar o sofisma da "necessidade de continuidade governativa", fazendo crer que se o regime se democratizasse e os epígonos da situação fossem substituídos por olíticos livremente eleitos, "o poder caía na rua", sucedendo-lhe o caos e a desordem administrativa, sofisma que o progresso e crescimento de todos os países democráticos desmentem irrefutavelmente, Salazar e seus propagandistas inventaram agora o sofisma do "perigo da independência das nossas províncias ultramarinas".

Pretendem eles, para justificar a sua presença indefinida no poder contra a vontade da imensa maioria da Nação, para não perder os proventos e conexas a que se acostumaram, para continuar a coberto da impunidade e da critica pública, que não é este o momento propício a transformações políticas, em face dos perigos que, em sua opinião, ameaçam a nossa soberania ultramarina.

É esta a nova mistificação, é este o sofisma que a propaganda organizada do salazarismo, dentro e fóra do País, está agora explorando, numa tentativa tendente a desviar as atenções dos verdadeiros problemas internos e a serenar consciências inquietas e descontentes no âmbito das suas próprias fileiras.

No continente, durante muitos anos, a policia politica criou um estado de terror, atirando para as cadeiras e os tribunais democratas adversários do regime, sob a acusação de comunismo; no ultramar, com o recente alargamento e reforço dos serviços da Pide, está em curso uma onda de repressão, acusando de separatismo os defensores das liberdades e garantias constitucionais, os portugueses que reprovam a politica de atraso, de expolição e incúria do governo central e das autoridades administrativas locais.

Nunca um tal cinismo, jamais tão refinada criminalidade existiu no País.

As melhores fontes de informação garantem que ninguém pensa em separatismo no Ultramar, admitindo-se, porém,

TERROR EM ANGOLA

O salazarismo sempre se abrigou atrás da ficção das «provincias portuguesas de ultramar» para recusar qualquer informação à Comissão dos Territórios Não-Autónomos das Nações Unidas. Quanto à opinião democrática e à opinião pública do mundo inteiro, a ditadura salazarista — ainda que esteja integrada na O. T. A. N. — zomba disso perdidamente: basta-lhe abafar em tempo aquilo que poderá agitar as consciências e provocar a denúncia. E o método forte é o mais expedito.

PRISÕES EM MASSA

Porém, notícias conseguem filtrar-se através das barreiras e do silêncio abatido das «terras portuguesas da África». Testemunha esta carta que nos envia um correspondente congoles de Thysville:

«Durante julho, a policia portuguesa desencadeou uma operação de terror contra a população angolana.

É inútil dizer que as agências de imprensa não conseguiriam ser autorizadas a reproduzir esta notícia, ainda menos a fazer caso das medidas ignóbeis que são tomadas. Mas deve-se por isso guardar silêncio? Se a solidariedade africana não age nesse caso (ao nível das organizações políticas, sindicais ou culturais), se a opinião democrática internacional não lança o alarme através de uma campanha de imprensa, os fascistas portugueses sentirão as mãos livres.

«Eis-nos, de fato, no começo do processo que poderá levar à exterminação em massa — eu meço as palavras — das populações coloniais: a intimidação sistemática por meio de prisões e brutalidade. Isto terminará também em guerra colonial? Portugueses o desejam «para acabar de uma vez por todas com a oposição dos africanos».

Sómente na cidade de Luanda (capital de Angola), mais de 150 pessoas foram detidas no decorrer do mês de julho último. O motivo dessas prisões reflete a desconfiança em relação aos africanos que não se acomodam ao regime colonial ou que não declaram sua dependência à «pátria portuguesa». Assim, a policia prendeu em Lisboa, quando lá se achava em férias, um intelectual muito conhecido nos meios africanos de Luanda, Ilídio Machado, enquanto que Belo Catuto Fernandes, que fazia escala em Funchal, era conduzido a Lisboa sob a ordem da Gestapo portuguesa, a P. I. D. E.

Entre os detidos da cidade de Luanda, apontam-se os nomes de Carlos Amiceto Vieira Dias, diretor da companhia folclórica «Ngola Ritmo» (Ritmos de Angola), Gabriel Leitão Pereira, Higino Aires, Viana de Almeida, Mingas, Graça, os irmãos Bengue, dos quais um ficou paralizado e mudo em consequência das violências sofridas, nos cárceres. Eles são, na maioria, funcionários do Estado. Bento Ribeiro, que foi durante algum tempo o representante das populações indígenas no «Conselho do Governo», foi igualmente detido, mas logo pôsto em liberdade.

Encontrar-se-ão na Europa Ocidental democratas tão lógicos com eles próprios para exigir, ao menos, explicações, sobretudo no que concerne à sorte atual dos presos? O que se fará na Bélgica, onde os meios oficiais parecem tão preocupados com a colaboração militar e diplomática com a ditadura mais terrível que a África conheceu até aqui?»

Com efeito...

DEMONSTRAÇÕES DE FORÇA

Soubemos, de outra fonte que, no quadro de defesa das «provincias de ultramar», o Sub-Secretário de Estado da Aeronáutica Portuguesa presidiu, em 26 de abril último (1), na cidade de Luanda, à instalação da Força Aérea em Angola. A cerimónia consistiu em demonstrações do poder destruidor dos engenhos militares.

O que se pode ler na imprensa de Luanda é delirante. O «Comércio de Angola», por exemplo, que consagrou quase um numero inteiro a essas manifestações, começa por qualificar todos esses «vãos de guerra» de «Primeiro Festival da Força Aérea em Angola»:

«Foi com emoção e entusiasmo que uma formidável massa popular de mais de 100.000 pessoas assistiu à demonstração da Força Aérea». E acrescenta: «Os paraquedistas foram objeto de uma grande ovação por ocasião do desfile no aeroporto... Os ataques precisos com bombas explosivas, e bombas «napalm», assim como o fogo das metaladoras sobre os alvos, tiveram aspectos esmagadores». Precisemos que a população ne-

gra da cidade não acorreu em massa ao aerodromo para assistir às manobras militares... o que não é de estranhar.

Todavia, é certo que as operações se desenrolaram como num campo de batalha e as autoridades declaram bem incisivamente que se tratava da forma de combate que conduziram, caso precisasse dominar uma rebelião anti-colonialista, ou melhor ainda, no dia em que decidissem esmagar «adiantando-se a elas» as tentativas de rebelião popular contra o colonialismo.

Na primeira parte, assistiu-se ao lançamento de paraquedistas (note-se que o primeiro paraquedista a tocar o solo foi o capelão católico que acompanhou o exército do ar desde Lisboa).

Segundo tempo, bombas «napalm» (45 kg.) e metaladora.

«Ageis, atléticos, em passo de ganso» — informa a imprensa colonial entusiasmada — os soldados assombraram a população europeia». E muitos observadores — disseram-nos — não desejavam aparentemente mais que uma coisa: que tudo aquilo fosse somente um exercício.

Outras manifestações desse género foram organizadas nas regiões do Sul da Angola-Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Lobito, Benguela. O deputado colonial de Moçambique na Assembleia Nacional Portuguesa, reclamava por sua conta a instalação das forças militares nesta provincia da costa oriental.

PARA ENFRENTAR OS «PERTURBADORES»

Na noite de 26 de abril, em Luanda, durante um banquete oferecido ao Sub-Secretário de Estado da Aeronáutica Portuguesa, o Governador Geral de Angola declarou:

(...) «A Aeronáutica, assim como o Exército não está aqui para fazer a guerra mas para garantir a paz.

Em nossos dias, a paz só é possível no momento em que os Estados disponham de forças suficientes para fazer frente às ameaças dos agitadores e dos perturbadores, geralmente inspirados pelo comunismo sob as formas as mais veladas. O território não é defendido, se não tiver uma armadura militar, e em todo o lugar onde existe um canto de terra portuguesa, é preciso que as tropas de terra, do mar e do ar estejam presentes e vigilantes, a fim de impedir que alguém ceda às cobizações ou aos falsos ideais. E mais ainda: é preciso que essas tropas sejam moralmente fortes para resistir às diversas propagandas que pretendem miná-las, pois sabe-se que o exército é o principal obstáculo à difusão da propaganda. Nós estamos na época dos panfletos que consideram a força militar como um inimigo incómodo. Esse sistema apareceu na Angola, como aliás já se esperava...»

Não se trata somente, para infelicidade do colonialismo português, da aparição ocasional de panfletos, mas de verdadeiros programas e de proclamações de luta anti-colonialista, emanando de vários movimentos elandestinos que não têm nada a ver com Moscou e sobre os quais a Comissão Americana para a África tem amplo conhecimento como o têm as esquerdas socialistas da Europa.

E, entretanto, a Bélgica e Portugal «do Ultramar» multiplicam as visitas de altos dignitários e os conciliábulos sobre a solidariedade militar e diplomática das potências europeias na África. É assim que nossa democracia se ligará mais ainda à ditadura, fato que representa a falta de senso mais evidente da O. T. A. N.. É assim, igualmente, que se impelem os Congolezes, já suficientemente providos de argumentos bem fundamentados a nos atirarem ao rosto um dito nosso, «dêles: Diz-me com quem andas e eu te direi quem és».

QUANDO UM POETA OFICIAL DIVAGA...

O sr. Miguel Trigueiros, poeta e chefe dos serviços de informação da Força Aérea Portuguesa, celebrou nestes versos a vocação africana de Portugal:

«Oh minha pátria, desperta, a hora (é certa)

E a hora marca teu destino: Angola. Corre este nome nas tuas veias

Como um grito de alarme e uma voz (de alerta...)

Tu não és a Europa: tu és o Sonho (Universal)

Deus te indica na África o caminho: Angola, Portugal de Portugal».

Sem comentários...

(1) Véspera do 70.º aniversário de Salazar. (Do jornal socialista «LA GAUCHE», de Liège, Bélgica).

CONDENADO EM NOVA YORK

O COLONIALISMO SALAZARISTA

O jornal «The Star», de Joanesburgo, em sua edição de 30 de outubro, publica uma notícia enviada pelo seu correspondente em Nova York e que transcrevemos na íntegra:

A defesa da política de Portugal em Moçambique e em Angola foi recebida com gargalhadas por mais de 100 norte-americanos que assistiram no dia 29 de outubro a uma reunião promovida pela «American Committee on Africa».

Essa defesa foi feita pelo dr. Alberto F. Nogueira, ministro de Portugal na ONU e que deve ter enfrentado um dos mais severos debates de sua carreira.

Não só teve que procurar responder a severas críticas sobre a situação de Moçambique como também referências indiretas à falta de liberdade e democracia em Portugal e ainda a perguntas como estas: Como é que tal país poderia melhorar as condições de vida dos nativos que controla?

Os principais ataques partiram do professor Marvin Harris, assistente de antropologia da Universidade de Columbia, que se especializou em relações raciais e com esse objetivo residiu um ano em Moçambique.

LIMITE DE SALÁRIOS

Dos 5.500 habitantes de Moçambique, afirmou o professor Harris, somente 1% são considerados cidadãos com a plenitude dos direitos civis. Os restantes «não são cidadãos» e são tratados pela lei como menores.

Esses «não-cidadãos e menores» são julgados incapazes de decidirem por sua livre vontade o trabalho, o horário e o salário que desejam receber. Tudo isso lhes é imposto — o que quer dizer, com efeito, que o trabalho lhes é arbitrado pelos europeus.

Além disso, não são considerados suficientemente adultos para poderem sair de casa depois das 9 horas da noite, nem para visitarem um amigo noutra distrito, sem licença oficial.

Será excomungado?

RODRIGO DE ABREU

Há anos que o Povo Português vive enganado por uma grande parte dos políticos; enganado pela imprensa mercenária; enganado por certos elementos da Igreja; enganado pelo Estado.

O Estado existe para servir o Povo, e o seu sangue é a liberdade de expressão. Quando o senhor Presidente do Ministério compra políticos, impõe a censura à imprensa, aluga jornalistas, e constrói uma religião do Estado, fixa os limites ao esforço do espírito. Estigmatiza sempre como sedicioso todo o pensamento desagradável para Sua Excelência. Procura destruir a possibilidade de posse do conhecimento metódico, tão necessário às classes populares, para a solução de velhos e novos problemas provocados pela força cinemática da vida.

Cristo separou a religião do Estado, quando disse: a Deus o que é de Deus, a Cesar o que é de Cesar. Desta forma o poder coordenador do Estado não pode permitir a uma associação religiosa a determinação da crença daqueles que não pertencem à sua confissão; como também não pode impôr a essa mesma associação aquilo em que ela deve acreditar.

É natural que um Bispo não acredite na divindade de Salazar, pois eu também não acredito. É ridícula a pretensão do actual Estado Português se pretender realizar e conservar com o carácter de uma Igreja.

Sua Santidade o Papa, está em

NÃO CONSEGUIU CONVENCER

O professor Harris contou que, em virtude da lei fixar o salário máximo dos nativos, lhe foi proibido pagar a seus empregados em Moçambique o salário que ele considerava justo.

O dr. Nogueira não conseguiu convencer com a explicação que pretendeu dar, apresentando a situação em seu contexto histórico e declarando que, pela Constituição, os dois territórios não eram regiões autónomas, mas sim parte de Portugal metropolitano.

Seu outro argumento também não foi aceito: que em cada país há alguns núcleos de população que não podem gozar da plenitude dos direitos civis por não estarem suficientemente avançados.

MOMENTO CRITICO

Quando dos debates, o dr. Nogueira também passou por um mau bocado. Interrogaram-no sobre o índice de analfabetismo em Portugal e ele teve que dizer que não sabia exatamente.

Perguntaram-lhe, entre outras coisas, como é que Portugal se arrogava o direito de decidir sobre África, quando no próprio país os problemas estavam longe de serem resolvidos?

Se levava tanto tempo para 1% da população de Moçambique alcançar a cidadania, quanto tempo demoraria para que os restantes 99% o conseguissem?

Um outro delegado refutou com o grito de «ineficiência» a tentativa de justificação do dr. Nogueira acerca da situação em Moçambique. Segundo o ministro português, seu país estaria explorando Moçambique. Em aparte perguntaram-lhe porque razão, sendo assim, Portugal era ainda um país tão pobre.

Outro orador que fez graves censuras a Portugal foi o dr. Abayomi Cassell, antigo promotor público da Libéria e agora um dos delegados desse país na ONU.

OS "CRIMES" DE AQUILINO RIBEIRO

A furiosa mania da perseguição que atormenta o cérebro demente do ditador fascista luso, e a subserviência nojenta dos «magistrados» seus lacaios, estão reveladas de maneira bem clara no processo movido contra o autor de «Quando os Lobos Uivam».

Aquilino Ribeiro foi preso por ordem do Tribunal da Boa Hora, onde no dia 14 de Novembro prestou caução de 60 contos, pelo que continua em liberdade condicional à ordem do 3.º Juízo Criminal até ser julgado pelo crime de ter escrito o famoso livro «QUANDO OS LOBOS UIVAM».

Consta do processo: Que o livro foi editado pela Livraria Bertrand numa edição normal de 8.900 exemplares, 300 de luxo e 25 do autor. Que a edição foi posta à venda em 31 de Dezembro de 1958 e que em 24 de Março de 1959, estava esgotada, apesar de normalmente as edições dos livros do arguido andarem de 2.000 a 4.000 exemplares.

E, em vista de tudo isso, o mestre da literatura portuguesa, o venerando democrata, está sendo acusado dos seguintes crimes:

- 1.º — Atentado contra o prestígio do País no estrangeiro. — Art. 149.º do Código Penal — Pena: 2 a 8 anos de prisão maior.
- 2.º — Instigação à pratica do crime contra a segurança do Estado. — Art. 171 parágrafo 3.º do Código Penal — Pena: 2 a 8 anos de prisão maior.
- 3.º — Ofensas à honra e consideração devidas ao Presidente do Conselho e aos Ministros do Governo que demitiu o Prof. Pulido Valente, a quem o livro é dedicado. — Art. 166 parágrafo 2.º do Código Penal, referido ao art. 164.º — Pena: 3 meses a dois anos.
- 4.º — Ofensas à Magistratura. — Art. 181.º parágrafo 2.º do Código Penal e artigos 13.º, 14.º, 15.º, 16.º e 17.º da Lei da Imprensa. — Pena: prisão até 1 ano.
- 5.º — Injúrias à Policia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). — Art. 411.º do Código Penal. — Pena: prisão até 4 meses.

Diversas agravantes, entre as quais a de acumulação de crimes e a de ter um filho Juiz de Direito.



Aquilino Ribeiro quando visitou São Paulo

Roma, e o Ditador, que há 33 anos oprime o Povo Português, nas cinco partes do Mundo, domina em Lisboa.

Na América onde o cidadão gosa uma verdadeira liberdade de opinião, e onde o Estado é indiferente a todas as formas religiosas, a Igreja Católica gosa de maior reputação e tem conseguido muitas conversões.

Salazar diviniza-se, e serve-se do catolicismo, como de uma máscara, para justificar actos violentos, repudiados na Idade Média. Embora de inspiração política monárquica, é uma figura tão sinistra para os créditos da Igreja, como foi a de Fouché em França.

O Venerando Bispo do Porto, Senhor D. Antonio Ferreira Gomes, em carta muito divulgada no ambiente pós-eleitoral, mostrou que a Igreja não fez um compromisso com o mundo dos ricos.

O bom Povo Português, que tanto tem sofrido, e sofre ainda com arbitrios injustificados e rígido dirigismo económico, está reconhecido a este ilustre prelado pelo rutilante fecho de luz erguido em sua defesa, em defesa dos seus direitos menosprezados, e da sua dignidade moral, cívica e social tão abatida e que, acima de tudo urge e importa defender e salvaguardar.

Mostra a pura essência e a verdadeira missão social do Catolicismo, a que os portugueses se manterão fiéis e respeitadores, confiados na missão progressiva da Igreja, de usar tanto o direito como a caridade, na convicção de que tudo quanto seja contra o Povo é antinacional e em prejuizo da Nação, que não é o Governo, nem o Estado, nem o Salazar.

Quando me refugiei na Embaixada

O «SNI» e os Artistas Portugueses

Adolfo Casais Monteiro

O fim da Segunda Guerra Mundial despertou em Portugal muitas esperanças, renovou coragens gastas de tanto bater a cabeça contra as paredes do tumulo do pensamento. Entre outras coisas, levou os artistas a tomar posições de independência que os puseram em franca oposição ao mecenato do Secretariado Nacional da Informação (SNI); até aí, as amizades pessoais de Antonio Ferro, que sempre mantivera boas relações com a maioria dos artistas, tinham-lhe dado uma vitória que o Estado Novo não alcançara em nenhum outro setor: ele pudera jogar com as suas exposições como uma prova de que pelo menos os artistas aceitavam estender a mão à ditadura. Com efeito, eram em numero reduzido os que entendiam haver também nas artes plasticas uma frente de batalha — alegando que as suas opiniões pessoais não lhes proibiam fazer, inclusive, cartazes de propaganda. Um conheci eu que, ao mesmo tempo que os duma exposição anti-comunista do SNI, fizera selos do Socorro Vermelho...

Pois, em 1946, graças sobretudo à presença de uma nova geração que não fora das relações de Antonio Ferro no tempo que este era «um dos do Orpheu», iniciou-se a ofensiva, começando a ser boicotadas as exposições oficiais. E foi feita a «Exposição Geral de Artes Plasticas», que precipitou o fim dos «Salões de Arte Moderna» do SNI, e constituiu, ao mesmo tempo que uma afirmação de independência, moralmente falando, sinal de renovação estetica.

Desde então reinou a desorientação nas atitudes oficiais, como se pôde verificar aqui pelas divergências de criterio quanto à participação portuguesa nas Bienais. Quando da primeira, os «mentores» ainda não tinham percebido que se tratava de arte moderna, e ficaram muito escandalizados por terem recusado a entrada a um academico chamado João Reis. Depois perceberam, e oscilaram entre intervir e não. Essa historia está feita; vejamos o que succedeu agora.

Em 1953, Salazar, logo em seguida à evidente derrota sofrida nas eleições, fez um apelo à juventude, e o SNI «descobriu» então os novos artistas portugueses, convidando-os para uma exposição coletiva em São Francisco da Califórnia, acenando-lhes com uma exposição em Madrid, com um salão de «Novissimos» e... serem levados à Bienal. E, espantosamente, que fingir-se de fora, para o que convidou os dois mais considerados criticos de arte para «colaborarem» na organização ou no juri dessas manifestações. Mas o negócio saiu-lhe furado: não só os criticos independentes em questão recusaram dar-lhe a sua colaboração, como o fizeram também 28 dos artistas convidados. Correndo atrás de outros, para que a «fachada» não ficasse muito nua, sofreu mais recusas, e o resultado af está: da representação portuguesa na V Bienal, somente dois artistas, Julio Rezende e Fernando Lanhas, estão à altura duma representação nacional. O resto é para encher. Valha-nos a presença de Amadeu de Sousa-Cardoso, o qual, tendo morrido em 1918, está, evidentemente, à margem da questão...

Não estão pois na Bienal, salvo as duas exceções que acabo de referir, os mais representativos valores da arte portuguesa contemporânea. Faltam lá pelo menos Vespereira, Fernando Azevedo, Julio Pomar, José Julio, Joaquim Rodrigo, Albertina Mantua, Antonio Charrua, Nikias Skapinakis, Sá Nogueira, Calvet da Costa, Querubim Lapa, Gongalo Duarte, Menês Ribeiro da Fonseca, Santiago Arenal, João Abel Manta, Bartolomeu Cid e Alice Jorge.

E estes, com muitos outros, num total de cinquenta, constituiram o Salão dos Independentes, aberto em junho, o qual, segundo as mais fidedignas informações, revelou um conjunto muito superior ao apresentado no tal Salão dos Novissimos do SNI. Assim o reconheceu a critica responsável, enquanto a assalariada do atacava, ou lhe fazia as acusações torpes do costume. Assim ficou novamente clara a separação da arte oficial e da arte independente, passando os representantes daquela a ser justificadamente conhecidos como os Dependentes... E destes saiu, logicamente a representação oficial ora exposta na Bienal.

Como essa gente é vingativa, não admira que, ao mesmo tempo, a po-

licia tenha intervido junto do Instituto para a Alta Cultura a fim de que fosse impedida a organização duma exposição de arte abstrata que, a convite da Universidade de Santiago de Compostela, devia realizar-se naquela cidade da Galiza. Pois não é logico? — a maioria dos pintores que desta fariam parte era dos Independentes...

Fica assim avisado o respeitavel publico de que, á sombra do grande e malgrado Amadeu de Sousa Cardoso, não é uma representação da arte portuguesa que se acha na Bienal, mas uma representação do Secretariado Nacional da Informação. E não é mau saber-se que Nuno Siqueira, René Bertolo, Lúrdes de Castro, Eduardo Luiz e Antonio Quadros (ai, será o nosso Quadro do «independente» baluarte da «filosofia portuguesa», por nome «51»? Quadros (ai, será o nosso Quadros) os signatarios de um manifesto em que se fazia a propaganda das realizações do SNI, manifesto distribuído em Lisboa pelos euidados de um critico assalariado do mesmo, pois os ditos artistas estavam em Paris, gozando merecidas bolsas. Ofensivo para os seus colegas Independentes, além de comprometer falsamente outros camaradas seus, o manifesto foi condenado por uma declaração assinada por uns 30 artistas.

Quer dizer que, em vez de reconhecer como unica solução a que fora adotada para a anterior Bienal (em relação á qual o SNI se limitara a trazer para cá os trabalhos escolhidos sem a menor intervenção oficial), voltamos á ditadura nas artes plasticas. Será burrice? Será apenas gosto pela prepotencia? Seja o que for, mostra o perigo destas representações deixadas ao arbitrio de governos fascistas. É muito provavel que, dos independentes, muitos não tenham reagido sequer por motivos politicos, mas por recusarem ao SNI autoridade moral e estetica que lhe desse o direito de escolher uma representação nacional de arte portuguesa. O pobre do Estado Novo não pretende já ter uma estetica propria, como quando um ministro da Educação, ao ver o catalogo da nossa representação a não sei qual das Bienais, bradava, arrependendo-se todo, que «aquilo» nunca mais se repetiria. «Aquilo» era a arte moderna... Regenerado sob esse ponto de vista, não se decide o Estado Novo a deixar de meter o nariz, e depois a mostrar a sua C.M.F. Anem! rr dlu pata, em assuntos de arte, para mostrar a sua autoridade... moral. Resignou-se a não ser bota de elastico, mas faz questão de ser policial.

A proposito: o autor destas linhas acaba de saber que está proibida a publicação de artigos seus em Portugal — tratem eles do que tratarem. É o que se prova pelas informações que me chegam, e não deixam margem a duvidas. O odio ao «nome» é um principio comum aos fascismos peninsulares. Ainda me lembro de que uma das primeiras «medidas» tomadas pelo franquismo foi... barrar a tinta preta o nome dos eruditos não fascistas que prefaciavam os volumes da famosa coleção erudita «Clasicos castellanos». O prefacio, as notas etc., lá estavam — mas desaparecia o nome. Boa idéia: von ser autor anonimo, em Portugal, ou pseudonimo! Pois se o mal está apenas no nome!

(De «O Estado de S. Paulo»)

SALAZAR NÃO GOSTA DE «SR.»

Os três últimos números da revista brasileira «SR.» foram proibidos em Portugal. Num deles, havia o artigo «Requiem para o dono de Portugal», do escritor Fernando Sabino; noutro, a reportagem de Newton Carlos intitulada «Ditadores do Mundo Livre» (ambos os textos foram oportunamente reproduzidos p'or «PORTUGAL DEMOCRÁTICO»), mas no último número apreendido nada havia contra o «paraizo salazarista»...

Como nota curiosa, destacamos que o mesmo número de «SR.» onde veio publicado o artigo de Fernando Sabino incluiu também uma carta do sr. Manuel Rocheta, embaixador de... Salazar, elogiando entusiasticamente a revista «SR.»...

A CENSURA INTEGRAL DO DITADOR SALAZAR

LUIS C. CALAFATE

Uma constante da vida portuguesa, subjugada pela ditadura, é a insipidez, pesada, compacta, lisa como o vidro. E, entre as coisas insípidas, a flácida imprensa amordaçada ocupa o primeiro lugar.

Neste panorama desolador e desértico surgem, frequentemente, vozes conhecidas que cozinham as mentiras, dando-lhes uma aparência admissivel, vozes que lançam estridentes gorgeios para flagellar os nervos esgotados num coro ritmico, regular, mecânico, com a periodicidade cómica do relógio de cuco.

Os cucos, manobrados pelo ditador com a precisão de movimentos dos astros, constituem, por assim dizer, a grande massa de contra-ataque para destroçar a verdade que a resistência da censura não pôde evitar; nem uma só revista, nem um jornal, nem noticia alguma do estrangeiro ou do país pode filtrar-se pelo espesso crivo da vigilância policial, em terra, no mar e no ar; e só depois de deformada ou transformada até dizer o contrário, com ignóbil desprezo pelas mais elementares regras de moral, a infomação é, finalmente, «servida» ao publico.

Neste afã de mentir, há uns pasquins que se distinguem, impregnados de orgulho pela obra certamente prodigiosa de sordida impudicia. Lacaio da ditadura, transformam a nobre profissão do jornalismo — o mais poderoso meio de educar e esclarecer o povo — num ato de abjecta competência entre os jornais, não inspirada no empenho de procurar servir com mais dignidade os interesses do país, mas, pelo contrario, procurando cada um narcotizar com mais eficacia, para júbilo e comodidade do «dono» de Portugal.

Numa época em que se pretende despertar a consciência dos povos primitivos, auxiliando-os a ascender até á dignidade humana, uma nação com vinte séculos de civilização vê-se arrastada pelo seu verdugo até á remota era dos trogloditas.

Nunca, como agora, a politica procurou tanto a verdade. Anos atrás, os

políticos serviam-se do expediente hábil, do artificio retórico, com a aparência sugestiva de gente séria — «o que parece é» —, lema dramático dos servidores salazaristas. Entretanto, o tempo voltava-se contra o homem com os malefícios de tal procedimento, atenuados pela continua renovação de ajustamentos e reformas que, apesar de virem tardiamente, não perdiam sua oportunidade. A maciça máquina da ditadura é inevitavelmente lenta pela inércia de sua própria complexidade e textura centralizada, aumentando a crescente vassalagem dos problemas num frágil e limitado cérebro humano.

E aí ficam paralizados, decompondo-se, como os detritos que a corrente deixa encalhados num velho barco imóvel, já sem condições para forçar as águas.

O tempo não espera, não se compadece e aí daquele que pare! A consciência do perigo mobiliza o instinto de defesa e é preciso que todos se sintam solidários neste denominador comum, para que a energia total seja aproveitada na interessada participação da vida de cada um, na vida da comunidade.

O esclarecimento, a verdade, a consciência dos problemas, a pressão das dificuldades e, tanto como esta, esforço consagrado a criar um ambiente de confiança individual e, conseqüentemente, coletiva — posto que a reciproca seja falsa —, constituem a única luz capaz de guiar-nos pelos caminhos da paz e do progresso.

Utilizar a imprensa e as demais fontes de informação do povo para cloroformizar, para encarcerar na mentira que avilta os valores espirituais e que reduzem o homem á condição puramente animal, é ou não a imolação da dignidade humana? E' ou não o habitual barril de pólvora com que os tiranos ameaçam a paz? E' ou não o caso de Nuremberg? E' ou não o triunfo do ditador sobre a ONU, escarnecendo seus principios sagrados que tanto sangue custaram ao mundo?

O «MOVIMENTO NACIONAL DE ESTUDANTES» PORTUGUESES

AOS ESTUDANTES LIVRES EM TODO O MUNDO!

De Portugal, acaba de chegar à nossa redação o documento que hoje publicamos. Iniciando a sua ação, o Movimento Nacional de Estudantes terá difícil tarefa a cumprir, como é espinhosa e arriscadíssima a missão de cada um dos portugueses que se decidiu a dar batalha ao sanguinario ditador. Mas, com dificuldade embora, com risco da própria vida, temos a certeza de que os integrantes do Movimento Nacional de Estudantes cumprirão o seu dever.

«PORTUGAL DEMOCRÁTICO», que abriga nas suas colunas todos os movimentos e todas as correntes antisalazaristas, orgulha-se de publicar com primazia o primeiro comunicado do Movimento Nacional de Estudantes e espera publicar todos os outros que a este se seguirem, pois as páginas deste jornal autenticamente democrático ficam inteiramente ao dispor dos Estudantes de Portugal, assim como permanecem abertas para todos os democratas que desejem colaborar na luta em que todos os portugueses, sem distincão de bandeiras, se empenharam, isto é no derrubamento de Salazar.

Eis o que dizem os estudantes de Portugal aos estudantes livres do mundo inteiro:

Dirigimo-nos a vós, Estudantes livres de Nações Livres, ás vossas Associações, á vossa Imprensa, para que sejais o porta-voz do nosso apelo angustiado!

Dirigimo-nos a vós porque sois jovens e nós somos jovens, porque sois Estudantes e nós somos Estudantes, porque todos nós somos responsáveis pelo mundo de amanhã!

Dirigimo-nos a vós, certos de que o nosso grito ecoará no vosso Espírito e no vosso Coração; certos de que podereis dizer ao mundo aquilo que nós, jovens estudantes portu-

pectivamente de 33 e 26 elementos) têm levado alguns dos nossos maiores valores no plano cultural e científico a abandonar o país, encontrando-se a lecionar em França, Suécia, Brasil, Argentina e Estados Unidos.» A insuficiência das verbas orçamentais para o ensino (só 8,7% do Orçamento Geral do Estado foram destinados ao Ministério da Educação Nacional), acrescida da falta de auto-determinação dos organismos estudantis, fazem da Universidade um conjunto de obstáculos a vencer e não uma Escola Livre para Espíritos Livres. O baixo nível económico dos estudantes portugueses (somente 2,9% pertencem ás classes proletárias) faz do ensino superior uma escola de discriminação económica, onde os valores intelectuais da Nação estão muitas vezes ausentes.

Este o quadro geral das coordenadas em que vivemos. Contra este estado de coisas se tem erguido, tácita ou declaradamente, a consciência dos jovens portugueses. Ainda recentemente, quando do debate na Assembleia Nacional do decreto-lei 40.900 (que anexava pura e simplesmente ao dirigismo estatal as organizações «autónomas» ainda existentes), os estudantes das 3 Academias — Lisboa, Porto e Coimbra — defenderam por todos os meios ao seu alcance os vestígios de Democracia que lhes restavam.

Na impossibilidade da existência ou formação de uma União Nacional de Estudantes os Universitários Portugueses viram-se na necessidade e no dever de organizarem um movimento livre — portanto, clandestino — que reivindicasse um mínimo de Democracia no seio do Ensino em Portugal. E, assim, surgiu o Movimento Nacional dos Estudantes (M.N.E.). A formação de tal movimento á escala nacional provocou imediata repressão por parte da policia politica (PIDE), estando presentemente presos vários estudantes das 3 Academias: Manuel Barbosa, Abel F. Costa, Fernando M. Bernardes, Isabel Maia, J. Vilar, Paulo Barros, Fernando Pereira, Maximiano de Menezes, Costa Dias, Jorge Araújo, Henrique N. Verdial, etc. Estes estudantes continuam sem julgamento e sem terem sido dadas quaisquer razões para a sua detenção. Outros há que sabemos terem sido torturados nos colabouços da PIDE. Esta a trágica realidade que nos cerca: realidade de opressão, terror e incerteza. Realidade onde, dia a dia, são ignorados ou espezinhados os nossos justos anseios.

Para nós, jovens estudantes portugueses, os Pirinéus são uma cortina de ferro. Para lá dela, vislumbramos a França, a Europa, todo o Mundo... Mundo de que estamos separados, Mundo de que fazemos parte, que é o nosso, para nós, que queremos conhecer e abraçar.

Jovens de todo o Mundo! Estudantes de todos os países!

A nossa voz é a voz de todos os jovens portugueses! A vossa voz é também a nossa. Por toda a parte, é a Juventude que, de alma e coração, mais sofre e luta. É ela que vive e sente mais apaixonadamente as quedas e as vitórias da Humanidade!

Pelo Mundo fora, a liberdade, mais do que uma simples idéa acarinhada pelos corações dos homens, é uma realidade. Ela brotou há poucos meses ainda da pampa agreste da Argentina; floresceu ainda ontem da Cuba heróica!

Jovens Estudantes de todo o Mundo!

Pedi por intermédio das vossas Associações, dos vossos órgãos de Imprensa, por todos os meios ao vosso alcance a libertação dos Estudantes Portugueses presos pelo PIDE.

Não é um apelo de impotência ou desespero. É antes o prelúdio duma consciência que se forma. Nós sabemos que, aconteça o que acontecer, não estamos sózinhos. OS ESTUDANTES DE TODO O MUNDO ESTARÃO CONOSCO!

Moçambique . . .

que o mal-estar provocado pelo descontentamento político esteja criando as condições apropriadas ao seu aparecimento. "O incêndio vem de fóra, não de dentro", (Salazar, último discurso), mas, dentro, a acção do Governo facilita que o incêndio se propague muito antes de estarem consumadas as determinantes da fatalidade histórica e impede que se cimentem as raízes profundas de uma presença espiritual, política e que faça permanecer os interesses de Portugal para além de quaisquer situações futuras.

É tão somente um estado de insatisfação política o que existe presentemente na África Portuguesa, justamente o mesmo fenómeno que se verifica no continente.

Sabe-o o Governo, sabe-o a Oposição. E o receio dos oposicionistas reside precisamente na transfiguração por que pode passar um simples estado de insatisfação. Quando esgotadas as esperanças de que venha a instituir-se uma política honesta, livre e impulsionadora, quando cansados de aguardar a democratização, os próprios brancos nativos se convencem da inutilidade das suas esperanças, sob o signo dum pan-africanismo aliciente, então poderá suceder que os sentimentos se transformem num real movimento para a emancipação.

Em África o problema político tem potencialidades que não se identificam com o mesmo problema na metrópole e é evidente que a obstinação em governar por métodos superautoritários acabará fomentando uma tendência separatista.

Chamar a atenção dos responsáveis governamentais, como fizeram alguns oposicionistas de Moçambique, entregando a mensagem que se reproduz, constitui alto imperativo patriótico. Inúmeros depoimentos pessoais de portugueses angolanos reproduzem a mesma doutrina e os mesmos anseios.

O que o presente documento quer dizer é que muito antes de estar indicado mandar para África os Exércitos e a Pide, é necessária uma política de recuperação da confiança da independência e honestidade, da administração pública, de pacificação e livre crítica, de uma mais larga e legítima representação nos órgãos superiores do Estado, de elevação do nível de vida e garantias sociais, de expansão da obra, da língua, da cultura, das tradições, numa palavra da civilização portuguesa.

Essa política faz-se com políticos honrados e idealistas, não com tropa e polícias.

Salazar, porém, é incapaz de o compreender. Está obcecado pelos sortilégios da força bruta, o instrumento que lhe deu 30 anos de poder, e é com esse argumento que espera e acredita resolver os seus problemas. Apoiam-no, é claro, os altos monopolistas, os detentores dos conselhos de administração e os criminosos da Pide. Não o pode apoiar mais ninguém. Mas aqueles a quem a história virá, um dia, a pedir responsabilidades maiores serão os militares, por serem eles o sustentáculo deste regime de ludibrios e mistificações.

Desde já, a oposição democrática, na metrópole e no ultramar, denuncia o novo jôgo do Governo, responsabilizando todos os seus colaboradores pelos êrros cometidos, que vão, afinal, continuar a cometer-se.

NÃO HÁ PRESENTEMENTE NA ÁFRICA PORTUGUESA TENDÊNCIAS SEPARATISTAS. HÁ UM DESCONTENTAMENTO POLÍTICO IDENTICO AO DA METRÓPOLE E DISSO É PROVA A VITÓRIA DO GENERAL HUMBERTO DELGADO NAQUELAS PROVINCIAS, DE QUE TODOS TEM PERFEITO CONHECIMENTO.

de Cuba, constava: o Vaticano era instado pelo Fouché de Santa Comba, para que o amado Bispo do Porto fosse afastado da sua Diocese. O Senhor D. Antonio Ferreira Gomes seria transferido para uma Sé Titular e colocado, na Biblioteca Vaticana, até ao próximo Concílio.

A Igreja, a verificar-se esta eventual transferência, será desprestigiada, porque até um dos seus titulares é reduzido a escravo de Salazar.

A não ser que seja excomungado...

O NATAL DO PRÊSO POLÍTICO PORTUGUÊS

Uma vez ainda, Salazar obriga os Portugueses do Brasil a promoverem o Natal do preso político, nunca mais necessário do que este ano, pois o ditador tem atulhadas as suas prisões.

Mais do que um ato político, auxiliar os que sofrem nas masmorras fascistas é um dever de solidariedade, para o qual chamamos, insistentemente, a atenção de todos os Portugueses, quer residentes em Portugal, quer no Brasil ou noutros países. Com efeito, através de "Portugal Democrático", procuraremos reunir e enviar à Pátria encarcerada e torturada todos os subsídios que chegarem à nossa redacção, a exemplo, aliás, do que se fez já noutras oportunidades.

Até agora, recebemos em nossa redacção as seguintes contribuições:

Table with 2 columns: Name and Amount (Cr\$). Includes entries for Portugal Democrático (1.000), Centro Republicano Português (1.000), Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1.000), General Humberto Delgado (350), Liberio Costa Lettra (1.000), Mariaheiro Jr. (1.000), Carlos de Brito (100), José Portela (200), José da Rosa (200), Manuel F. Moura (500), Joaquim O. F. Mattias (100), Manuel Silva (100), José Lutz (100), Pedro Gomes (100), Anonimo (50), Anonimo (150), José Dionísio de Castro (100), Um paulista (100), João Amaral da Fonseca (100), Um exilado (100), Uma vítima da ditadura portuguesa e J. V. (100), Um luso-brasileiro (100), Maria Angélica da Cunha (200), Filhado do MUD (200), Augusto Gomes (100), Menina Alice de Carvalho (100), José da Silva (100), Doracy Agular (100), João Alves das Neves (250), Ex-pensionista do Aljube (5.370), Marquês de Pombal (100), Alamiro Andrade (500), Comitê Democrático Português do Canadá (1.000), Ex-hóspede do Forte de Caxias (500), R. A. G. (100), Carlos Cruz (500), Rosa Moura Cruz (200), João Maria Assunção (300), Antonio A. Pascoal (500), José Augusto Viegas (200), Constantino Fonseca (200), Miguel Lopes (300), Joaquim Saraiva (300), Antonio Nunes (400), Joaquim D. Batista (650), Francisco d'Oliveira (200), Ramiro da Silva Pinto (200), Ruy Silva (500), Fernando Lemos (200), Henrique Santo (200), Fernando C. Silva (200), Joaquim Lemos Figueiredo (500), Sérgio Nunes da Silva (1.824).

Salazar - o "rato"

Em virtude do êxito que vêm obtendo junto dos nossos leitores do Mundo inteiro, as caricaturas de Salazar, o "rato", que estamos publicando, a todos informamos que vai ser editada muito em breve uma "plaquete" que reunirá seis dessas caricaturas.

Desde já, aceitamos pedidos na Administração de Portugal Democrático, (Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Caixa Postal, 5294 - São Paulo - Brasil). Para esta edição, chamamos a especial atenção dos nossos leitores do Canadá, Venezuela, Argentina, França e Brasil, antecipadamente agradecendo aos representantes do nosso jornal que vão preparando os seus pedidos.

PATRIOTADAS & COMÉRCIOS Um sujeito esperto "produz" numa das emissoras de televisão paulista um programa a que chama "Portugal no Mundo". Nada teríamos que objectar, ainda que o programa se revelasse paupérrimo, se no mesmo, que tão frequentemente ataca e insulta a República e os Democratas Portugueses, não se escutasse, a abrir e a encerrar, o Hino Nacional.

Todos sabem, inclusive o Cônsul de Portugal em São Paulo, que "A Portuguesa" nada tem a ver com publicidade comercial, nem com os desejos (lícitos) de qualquer português que pretenda que ganhar a vida. Mas não insultem tão grosseiramente o Hino de Portugal!

CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Instituição que conta mais de meio século, pois foi fundada em 1908, o Centro Republicano Português, cuja acção cultural tem sido destacadíssima em São Paulo, acaba de proceder à eleição de novos corpos gerentes.

Para o Conselho Deliberativo, foram escolhidos, como membros efectivos, os srs. Alexandre Alves da Rocha Casebre, António Augusto Taveira, António Fernandes, António Jorge de Freitas, Augusto Oliveira Dixo, Carlos R. Valente da Cruz, Celestino de Almeida Junior, Dario da Silva Marques de Carvalho, Evaristo Pereira de Andrade, Francisco de Oliveira Lopes, Francisco Sarmiento Pimentel, João Abel Martins, João Alves das Neves, João dos Santos Baleizão, João Sarmiento Pimentel, Joaquim Duarte Baptista, Joaquim da Silva Marques, Jorge Fideleiro de Figueiredo, Jorge Pizarro, José Gonçalves Paratudo, José Mário da Silva Bodas, José Rodrigues Fernandes Portela, José de Rosa, Manuel Barreiros Germano, Manuel Felício Duarte, Manuel Ferreira de Moura, Sebastião António Baptista, Silvério da Costa Lettra e Victor da Silva Rosado. — Suplentes: — Domingos António Baptista, Joaquim António Baptista, Rui Eliseu Tavares, Adelino Augusto Vinhas, António Andrade Bidarra da Fonseca, António Ribas, José Carvalho Duarte Baptista, António Paula, António Rieca Gonçalves e Carlos Augusto Nascimento.

Posteriormente, para a Mesa do Conselho, a assembleia geral elegeu os srs. Joaquim Duarte Baptista, presidente; António Jorge de Freitas, 1.º secretário, e Manuel Barreiros Germano, 2.º secretário.

Finalmente, a Direcção ficou constituída como segue:

Presidente, João Sarmiento Pimentel; Vice-Presidente, João Alves das Neves; 1.º Secretário, José Gonçalves Paratudo; 2.º Secretário, José R. Fernandes Portela; Tesoureiro, Silvério da Costa Lettra; Bibliotecário, José da Rosa; Diretor Cultural, João dos Santos Baleizão e Diretor Social, António Augusto Taveira.

Aos novos orientadores do Centro Republicano Português oferece este jornal as suas colunas, esperando que a prestimosa coletividade possa continuar, como sempre, a prestigiar a Cultura Portuguesa na terra Bandeirante.

AOS INTELECTUAIS PORTUGUÊS

Portugal Democrático, único órgão não censurado da Oposição a Salazar, abre a todos os portugueses as suas colunas, chamando especialmente a atenção dos escritores, jornalistas, professores, cientistas, etc, a fim de lhes indicar que será com a maior satisfação que publicaremos os seus trabalhos sobre o Portugal de hoje — e o de amanhã.

A todos, sem opção por qualquer corrente de idéias, oferecemos fraternalmente as nossas colunas, bastando que nos enviem os seus originais com a indicação de que a colaboração deve ser assinada ou publicada anonimamente.

O GAL. DELGADO NA EUROPA

Partiu para a Inglaterra, no passado dia 19 de novembro, o sr. General Humberto Delgado que, à sua chegada a Londres, foi recebido por diversos portugueses. Como se sabe, o General Delgado foi convidado pelo Partido Trabalhista e pelo Partido Liberal britânicos a pronunciar-se sobre a situação política em Portugal. Depois da Inglaterra, visitará outros países europeus, também a convite de partidos socialistas.

A viagem do sr. General Humberto Delgado foi preparada por um grupo de portugueses residentes em Londres, o qual, desde há muito, estabelecera os necessários contactos através de alguns dos nossos companheiros do PORTUGAL DEMOCRÁTICO, do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão e do Centro Republicano Português, de São Paulo.

FALAM OS ESTUDANTES PORTUGUÊS

De "Um Democrata" que, obviamente, não identificaremos, chegou um apelo dos estudantes de Portugal amordaçados pela tirania salazarista, para o qual chamamos a atenção não só dos democratas portugueses do Brasil, mas, sobretudo, dos estudantes do Brasil. Escreveu "Um Democrata":

"Ao levantar este protesto contra a onda de prisões de estudantes portugueses, quero transmitir, através de Portugal Democrático, aos estudantes do Brasil e do Mundo Livre, aos exilados de todas as tendências políticas e aos homens de pensamento liberal, um pedido de socorro, que é, neste momento, o apelo dos estudantes de Portugal.

Às vésperas do 70.º aniversário do ditador fascista, que devia vir a Coimbra dar a sua última aula, apareceram nas ruas, e notadamente na Cidade Universitária, grandes letreiros gritando: "Vai-te embora, tirano!", "Fora Salazar!", "Abaixo a ditadura", etc. No pedestal da estátua do rei João III que, como Salazar, estabeleceu a Inquisição entre os portugueses, lia-se: "Tu não és o que eles dizem: és o Inquisidor!"

A "gestapo", comandada em Coimbra pelo feroz cap. Sachetti, querendo desagravar o seu "dono", buscou por toda a cidade as mãos que haviam pintado as paredes, "encontrando-as" nos estudantes Jorge Araújo, António Barbosa da Silva e Vilar, os quais passaram a expiar o "crime" do pintor ou pintores que tão expressivamente disseram toda a sua repulsa por Salazar. Conduzidos aos antros da PIDE, nestes têm sofrido as mais violentas torturas e os piores vexames.

Não obstante o encarceramento das vítimas, os protestos cresceram com a realização de duas concorridíssimas reuniões da Academia de Coimbra, na sede da "AAC". Os panfletos voltaram a circular pela cidade, sendo preso, então, o mais jovem dos distribuidores, Joaquim Piedade Craveiro, de... 6 (seis) anos de idade! A população mostrou-se tão indignada pela

prisão do menor que a famigerada policia secreta reagiu... prendendo mais dois estudantes, Manuel Cassiano da Costa Cabral e Victor Anibal (ambos foram soltos, porém, pouco depois).

Entretanto, passaram cinco meses... Os três estudantes continuam encarcerados, sendo, a cada passo, espancados, pois o cap. Sachetti quer descobrir ainda nos presos os indícios da tinta democrática. Inúmeros protestos se fizeram, pelo que a PIDE encontrou mais os seguintes "agitadores": José Cibarro Maia, sua prima Isabel Cibarro Maia, José Bento e Fernando Miguel Bernardes.

Simultaneamente, tanto no Porto como em Lisboa a "gestapo" prossegue na "caça" aos estudantes, com o propósito evidente de atemorizar pela violência a Juventude Portuguesa. A bem da Verdade, deve acentuar-se que os jovens de Portugal não querem recuar e continuarão lutando!

Aproveitamos as colunas livres de Portugal Democrático para transmitir aos estudantes do Brasil o brado de socorro dos seus irmãos de Portugal: ajudem-nos! Protestem contra Salazar e contra o seu nazista ministro do Interior, Arnaldo Schultz! Gritem contra as prisões de estudantes portugueses, cujo único pecado é o de amarem a sua Pátria e a ambicionarem Livre e Democrática!

A fim de atender a centenas de pedidos que, de toda a parte, continuam chegando à Administração de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO", este jornal fez editar, em separado, a discutida "Carta" que Sua Exa. Revma, o Bispo do Porto endereçou, há meses, a Salazar. Com efeito, o número de "Portugal Democrático" em que foi inserida aquela "Carta" encontra-se esgotado.

Devem, pois, os democratas portugueses que desejem guardar — e divulgar — o importante documento, solicitá-lo, desde já, à Administração de "Portugal Democrático", Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — Caixa Postal 5294 — São Paulo — Brasil.

Advertisement for the book 'OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS' by Maria Archer. The ad features the title in large, bold letters and a reproduction of a document from the 'PIDE' (Polícia Internacional de Defesa do Estado) with various signatures and stamps. Below the image, it states: 'Deve ser posto à venda, dentro de poucos dias, o anunciado livro da escritora Maria Archer, nossa prezada colaboradora, sobre "OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS", de que reproduzimos (clichê) a capa. O custo é Cr\$ 200,00 (encadernado 300,00) podendo ser adquirido nas principais livrarias Rio de Janeiro, assim como na Administração de "Portugal Democrático" (Rua Conselheiro Furtado 191, Sala 2 — Caixa Postal 5294 — São Paulo — Brasil), de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como na Administração de "Portugal Democrático" (Rua Conselheiro Furtado, 191, Sala 2 — Caixa Postal 5294 — São Paulo — Brasil) — ou na nossa Sucursal no Rio de Janeiro.'

OS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO NA BATALHA CONTRA SALAZAR

(Dos correspondentes especiais de «Portugal Democrático»)

LISBOA — Cerca de 7.000 pescadores do norte do País iniciaram e concluíram com êxito uma greve, através da qual haviam reclamado melhores condições de vida.

Também os pescadores algarvios venceram a greve reivindicando um dia de descanso.

— Mais de 1.000 operários vidreiros da Marinha Grande, enviaram ao ministro das Corporações uma exposição pedindo a revisão do contrato coletivo. Na mesma região, foram recolhidas 249 assinaturas exigindo a demissão de Salazar, assinaturas que se juntaram a outras recolhidas em Alcobaça.

— 504 operários dos estaleiros navais de Lisboa exigiram aumento de salários.

— Mais de cem trabalhadores agrícolas desempregados concentraram-se na "Casa do Povo" de Souzel pedindo trabalho. Destratados por um funcionário, os trabalhadores espancaram-no e a GNR entrou em ação, disparando tiros de revólver e de metralhadora para o ar. Diversos manifestantes foram agredidos posteriormente. A vila esteve ocupada durante 15 dias, sendo obrigatório o recolher às 20 horas.

— Em Santiago do Cacém, Santo André, Montemor-o-Novo, São Cristóvão, Couço, Alcórrego, Sines, Benavila, Escoural, São Romão, Évora e noutras terras alentejanas verificaram-se protestos coletivos contra o desemprego.

— A Sociedade Portuguesa de Escritores protestou junto do ministro do Interior contra os maus tratos infligidos pela PIDE ao escritor Franco de Sousa. — A "Junta Militar Independente" divulgou mais um manifesto impresso que acrescenta curiosos dados à "folha corrida do coronel Santos Costa".

— Em Castelo Branco, as manifestações de solidariedade à sra. D. Maria Júlia Babo, injustamente reprovada num exame liceal, transformaram-se em manifestações anti-salazaristas, pois a polícia interveio violentamente, ferindo um popular e prendendo 8 (entre os quais 6 estudantes).

— De janeiro a maio de 1959, as despesas secretas do ministério do Interior somaram 9.000.000 de escudos; em 27 de maio, foi aberto mais um crédito de 4.000 contos.

— A comissão de censura enviou aos diretores dos jornais uma circular com instruções genéricas sobre a divulgação de notícias em que, entre outras coisas, se proíbe o termo "fidelizar" e notícias de violências cometidas por brancos sobre negros, embora o contrário seja permitido.

— Assinado pela "Junta Nacional de Libertação", foi distribuído em Lisboa, nos dias 27 e 28 de maio, um manifesto proclamando o "28 de maio" de luta nacional e exortando os portugueses a unirem-se e organizarem-se para o derrubamento da ditadura salazarista.

O manifesto chamava a atenção dos dirigentes responsáveis da Oposição para a "necessidade inadiável de ação coordenada de todas as forças políticas anti-salazaristas".

Nota da Redação: Excepcionalmente, substituímos nesta edição do "Portugal Democrático" a crónica que habitualmente nos é enviada pelos nossos correspondentes especiais em Lisboa por uma série de notícias extraídas do n.º 4 do "Boletim de Informação Política", "órgão de imprensa livre" que dá abrigo a todos os agrupamentos políticos oposicionistas portugueses, da esquerda à direita. Fazendo-o queremos testemunhar a nossa inteira solidariedade aos redatores do "BiP" que lutam em Portugal, enfileirando na batalha comum contra Salazar, com risco da própria vida.

MOÇAMBIQUE

A censura e a polícia no "cinco de outubro"

LOURENÇO MARQUES — Quiseram os democratas residentes na capital moçambicana evocar a data gloriosa da implantação da República em Portugal e, para tanto, uma comissão de que faziam parte os srs. A. Neves Anacleto, advogado, Jorge de Figueiredo, industrial, Américo Galamba, comerciante Daniel de Sousa, advogado, C. Oliveira Nunes e Vasco Cardiga, iniciou as necessárias diligências.

Marcado um jantar de confraternização para o restaurante "Lisboa", a polícia proibiu a sua realização, sem explicar porquê, pelo que os organizadores do mesmo protestaram junto do governador-geral; este, porém, sancionou o ato do policial. Enviaram, por isso, os democratas portugueses de Lourenço Marques um telegrama ao jornal "República", de Lisboa, solicitando ao órgão dos republicanos de Lourenço Marques, que representamos, informá-los de que realizamos no próximo dia 5 de Outubro, uma romagem de saudade-republicano que transmitisse a todos os anti-fascistas da Metrópole as saudações aos túmulos dos republicanos falecidos; e de que também tentámos efectuar um almoço de confraternização republicana — para o qual já estavam inscritas cerca de 800 pessoas — almoço que foi proibido pelo Comandante da Polícia, em acto sancionado pelo Governador-Geral sobre a nossa carta de protesto.

As comemorações ficaram, assim, limitadas à romagem ao cemitério onde repousam alguns iminentes republicanos, manifestação que o "Notícias" e o "Notícias da Tarde" relataram nos seguintes termos: "Passou anteontem o 49.º aniversário da implantação da República portuguesa, motivo por que os republicanos residentes em Lourenço Marques, fiéis à causa que sempre defenderam, foram em romagem ao Cemitério de S. Francisco Xavier prestar merecido tributo de gratidão aos republicanos que lá se encontram sepultados e que, dando todo o seu esforço e com o maior espírito de sacrifício, alheios a interesses que não fossem os do próprio ideal que abraçaram com a maior das devoções, lutaram pela proclamação daquele regime.

Assim, anteontem, um punhado de republicanos foi numa romagem de saudade ao cemitério de S. Francisco Xavier, onde, algumas senhoras descendentes de antigos defensores do ideal republicano depuseram ramos de flores na base do monumento da Mansão dos Antigos Combatentes, tendo-se guardado um minuto de silêncio em homenagem aos que ali repousam para sempre".

Conhecendo-se os sentimentos democráticos da maioria das populações moçambicana e angolana, fácil será deduzir que a nova arbitrariedade dos agentes salazaristas só provocou repulsa em Lourenço Marques. Não admira, pois, que os portugueses de Moçambique mais vibrantemente afirmem, dia a dia, os seus propósitos de colaborar na batalha anti-fascista, até à vitória final da redemocratização de Portugal e do seu Ultramar.

PARIS — A colónia portuguesa de Paris comemorou brilhantemente a Revolução que em 5 de Outubro de 1910 instaurou em Portugal o então 3.º regime republicano da Europa. Os republicanos viram, mais tarde, em 1926, o seu ideal traído pelo grande capital e alguns militares, que levaram ao poder o ditador Salazar, corporativista e discípulo de Mussolini. Este estabeleceu o que é hoje o fascismo mais velho do mundo. Mas a Revolução e os seus ideais de Liberdade e Justiça não foram esquecidos pelo Povo, que, como noticiou a imprensa internacional, comemorou em Portugal a gloriosa data. Também em Paris cerca de uma centena de convivas se reuniram em animado almoço de confraternização para celebrar o aniversário histórico e o prolongar na luta anti-salazarista actual.

Presidiu o Sr. Dr. Emídio Guerreiro republicano português, antigo combatente da Guerra de Espanha e oficial da Resistência Francesa. Secretariou o jovem democrata SILAS CERQUEIRA Ladeavam-nos Mme. GUERREIRO, o Prof. FERNANDO VALERA, ilustre Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo da República Espanhola, o trabalhador TOMAZ RATO, antigo prisioneiro do Tarrafal, o conhecido Físico Prof. MANUEL VALADARES, membro do Conselho Mundial da Paz, e outros destacados democratas desta cidade. Na assistência viam-se muitas senhoras, estudantes e artistas portuguesas, trabalhadores, e vários compatriotas, que se encontravam em Paris de passagem. Todos ali se encontraram unidos pelo mesmo motivo, o de comemorar fora da Pátria a data gloriosa de 5 de Outubro, como teriam feito se na Pátria estivessem. Já há um certo tempo que não se viviam horas de tanto entusiasmo e confiança patrióticas entre os portugueses de Paris. O ambiente foi de elevação e calor humano, renovaram-se e criaram-se amizades, saiu-se disposto a mais e interessantes iniciativas, enquadradas no vasto movimento de opinião libertadora que do coração de Portugal tem partido a empolgar os portugueses dispersos pelo Mundo.

Começou por falar SILAS CERQUEIRA, que se referiu ao presente regime em Portugal como um anacronismo na época dos "Luniks", destacou o significado e razões de ser da emigração portuguesa espalhada por todo o mundo, com a sua própria existência reflectindo a crise profunda da sociedade portuguesa actual, e como por outro lado é possível agora, e urgente, que esta emigração aja concertadamente para a preparação do Futuro imediato da Pátria. O Prof. MANUEL VALADARES, num discurso de notável objectividade, analisou as condições económicas e sociais da crise em que se debate o regime, o significado das novas forças políticas e religiosas que ocorrem, desta ou daquela forma, a luta anti-salazarista, um certo isolamento internacional em que o Salazarismo se tem encontrado ultimamente e o interesse da próxima viagem do Sr. GENERAL HUMBERTO DELGADO à Europa, para concluir pela derrocada breve da Ditadura, exaltando a acção da Juventude na luta pela Democracia. O operário TOMAZ RATO extraiu do passado da República, de certos erros cometidos, a lição da necessidade de os dirigentes oposicionistas se apoiarem sem hesitações nas massas populares e procurarem a Unidade. O ilustre convidado de honra e Ministro Espanhol, Prof. Fernando VALERA, numa eloquente intervenção, e comentando uma observação anterior em que se dissera deverem os povos português e espanhol transferirem a sua amistosa rivalidade tradicional para o campo da conquista da Liberdade, respondeu, no meio de entusiásticos aplausos, que não haveria primeiro nem depois, que o destino dos povos ibéricos está presentemente tão ligado que a queda de uma das ditaduras peninsulares, qualquer delas, arrastará inevitavelmente consigo a queda da outra. Falou ainda o dirigente académico brasileiro AFONSO GUIMARÃES, presidente da União dos Estudantes do Ensino Médio, com um milhão e meio de associados. Este jovem, num improviso brilhante, cheio de calor e amizade por Portugal, assegurou a assistência e a juventude Portuguesa em particular da solidariedade incondicional da academia brasileira.

Fundado o Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"

Foi apresentada uma proposta em que, salientando-se a importância e utilíssimo trabalho já efectuado pelo jornal "PORTUGAL DEMOCRÁTICO", órgão da Oposição Portuguesa editado no Brasil, como veículo mobilizador e organizador dos democratas portugueses nos diversos Continentes, se mostrava a necessidade de em Paris — onde existe a colónia portuguesa mais numerosa da Europa — se constituir uma "Comissão de Amigos do Portugal Democrático", tendo por objectivo natural o apoio e solidariedade material e política a este jornal. A proposta foi aprovada por unanimidade, ficando a fazer parte da Comissão numerosos democratas desta cidade, entre os quais o Sr. Prof. MANUEL VALADARES, o Sr. Dr. EMÍDIO GUERREIRO e o operário Sr. TOMAZ RATO. A Comissão ficou com poderes para alargar a sua composição e acção, num âmbito estritamente português e patriótico, como achar conveniente.

Foram durante o almoço, e em todas as intervenções, feitas repetidas referências à personalidade do Sr. GENERAL HUMBERTO DELGADO, ao significado da sua presença no Brasil e do acolhimento que ali lhe tem sido feito. À sua próxima viagem à Europa e ao interesse que haveria em recebê-lo, na companhia do Sr. Capitão Henrique Galvão, condignamente aqui em Paris. Por fim foi proposto o envio de um telegrama de saudação ao Sr. General HUMBERTO DELGADO, como "Presidente de Portugal Livre", o que foi entusiasticamente aclamado. Foi igualmente aclamado outro telegrama de saudação ao Sr. Dr. ARLINDO VICENTE, como dirigente democrático que representa todos aqueles que em Portugal continuam unidos à luta dos Heróis de 5 de Outubro". Foi aprovada uma saudação a ser transmitida a todos os presos políticos portugueses que nos cárceres sofrem a brutalidade da repressão e do terror.

Entre o expediente recebido, foram particularmente aplaudidos um telegrama do Sr. Prof. Doutor LUÍS GOMES, enviado da Universidade de del Sur, Argentina, afirmando "certeza próxima libertação Povo Português", outro assinado pelo Sr. Major Calafate em nome da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, e outro dos portugueses de Londres. A leitura desses telegramas mais contribuiu para radicar o sentimento de aproximação entre os portugueses afastados da Pátria e de que efectivamente se está numa nova fase da luta anti-salazarista no aspecto internacional.

Finalmente falou o Sr. Dr. EMÍDIO GUERREIRO, num discurso vibrante, em que começou por se referir à data de 5 de Outubro, recordou todos os benefícios sociais, e educacionais tirados da implantação da República e de que a nova geração tem sido mantida na ignorância, se referiu ao estado actual do Ensino em Portugal, e concluiu por afirmar a necessidade de, aprendendo as lições do passado e sem o repetir, marcharmos para uma nova fase política e social da Vida Portuguesa. A reunião terminou com todos os presentes entoando em coro o Hino Nacional e Revolucionário, "A PORTUGUESA".



Alvaro Lins à sua passagem pelo Funchal é saudado por democratas portugueses

Por absoluta falta de espaço, não nos foi possível publicar nesta edição de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" as correspondências recebidas, nomeadamente, da Venezuela, de Canadá e da Argentina.

ULTIMA HORA

A censura salazarista acaba de inscrever mais um nome no seu «Index».

Trata-se do ilustre homem de letras Adolfo Casais Monteiro, cujos escritos, seja de que natureza forem, estão doravante proibidos de publicação em Portugal.

E' mais um atentado contra a liberdade de expressão, cometido pelo regime fascista de Salazar, que denunciamos à opinião pública mundial.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável

Otávio Martins de Moura
CONSELHO DE REDAÇÃO
João Alves da Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Paulo de Castro, Vitor Ramos,
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura,
REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL:
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas

FORTALEZA: dr. Carlos d'Algo - Rua Senador Pompeu 332 - Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (MG)
PORTO ALEGRE: Luís Firmão de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambrige — England

CANADÁ: Fernando Cirfaco da Cunha — 14, Bellevue Ave., Toronto — Ontario — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, Rue Christine, Paris, 6
VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3326, Candelaria — Caracas

ARGENTINA: Jorge António - R. General Hornos n.º 1.000 — Caseros - Provincia de Buenos Aires

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 5294 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.
Número avulso: 5,00 cr.
Assinatura especial: 100,00 cr.

Ano III N.º 31 Dezembro de 1959

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.